



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Relações familiares, processos de identificação e bem-estar em adolescentes
cumprindo medida socioeducativa com restrição de liberdade

Belo Horizonte

2012

ANGÉLICA MARIA FERREIRA DE MELO SILVA

Relações familiares, processos de identificação e bem-estar em adolescentes cumprindo medida socioeducativa com restrição de liberdade

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração:
Desenvolvimento Humano

Linha de Pesquisa: Diferenças Individuais

Orientador: Prof. Dr. Maycoln Leôni Martins Teodoro

Belo Horizonte

2012

150 Silva, Angélica Maria Ferreira de Melo

S586r Relações familiares, processos de identificação e bem-estar em

2012 adolescentes cumprindo medida socioeducativa com restrição de liberdade

[manuscrito] / Angélica Maria Ferreira de Melo .– 2012.

87 f.

Orientador: Maycoln Leôni Martins Teodoro.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências.

À todos os aqueles que direta ou indiretamente contribuíram ao meu desenvolvimento pessoal e acadêmico, tornando deste modo esse trabalho possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, fonte de amor que desde que me fez semente, vêm me acompanhando em todos os desafios.

Ao prof. Maycoln Leôni Martins Teodoro, meu orientador, pelo apoio tão precioso, encorajamento, disponibilidade e exigência necessária para a construção deste trabalho. Grata sempre, pela oportunidade de crescimento e aprendizado através dos seus ensinamentos derivados de sua experiência e formação científica.

Aos professores, Jáder do Reis Sampaio e Lélío Moura Lourenço, pelas contribuições prestadas na qualificação e por terem gentilmente aceitado participar da banca de defesa desta dissertação. Agradeço pela atenção dispensada e pelas valiosas sugestões.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação de Psicologia da UFMG, pelas inúmeras contribuições a minha formação acadêmica e pessoal.

À prof. Carla Alexandra da Silva Moita Minervino, pelo exemplo de ética profissional e pelas preciosas contribuições desde os tempos da graduação.

Ao prof. Edil Ferreira da Silva, pela disponibilidade e generosidade que teve ao iniciar-me no universo da pesquisa.

A minha família, pessoas que amo incondicionalmente. Pois, sei que cada uma delas desperta o melhor em mim e assim me ajudam a ser a Angélica que sou hoje.

Ao meu esposo Thiago Castro, meu amor, companheiro e amigo. Com você descobri os caminhos de viver a dois. Ao teu lado fica mais prazeroso enfrentar os obstáculos em minha vida, essa vida agora tão nossa. Amo-te!

As minhas amadas irmãs, sem vocês esse caminho teria sido muito mais difícil. Obrigada por acreditarem sempre em mim, pela força constante e por todo o amor!

À Tatiana, minha amiga-irmã mineira, com certeza, dividimos muito mais que um “sofá” nesses anos de convivência.

À Patrícia, pelas observações, indicações e leituras fundamentais no percurso inicial.

À Natércia, Mirela, Manuela, Juliana e Fabiana, amigas inesquecíveis da graduação.

Aos adolescentes, pela participação na pesquisa.

Aos profissionais da Vara da Infância e Juventude, da FUNASE e da Escola Municipal, pelo apoio durante a coleta de dados.

Aos amigos e familiares que souberam respeitar minha ausência.

“Cada segundo é tempo para mudar tudo...”
Charles Chaplin

RESUMO

SILVA, A. M. F. M. Estudo das relações familiares, processos de identificação e bem-estar em adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com restrição de liberdade. 87 f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

Dentre os fatores de risco que ocasionam a conduta criminal, sabe-se que a família possui extrema importância por ser o ambiente de socialização primária do homem. Neste sentido, o objetivo desta dissertação foi realizar dois estudos a cerca da relação existente entre o sistema familiar e a conduta infracional de jovens. O primeiro dos estudos é uma revisão sistemática em que foram consultadas sete bases de dados: SciELO; LILACS; BVS; PePSIC; PsycNET; APA PsycNET; Science Direct e Web of knowledge. Como resultado, observou-se que fatores familiares têm sido considerados pela literatura científica como um fator importante para compreensão dos processos criminógenos, no entanto não será a existência de um fator de risco que determinará na ação de infrações à lei. Já o segundo, objetivou analisar as relações familiares, os processos de identificação e o bem-estar subjetivo em adolescentes em situação de conflito com a lei. Para tanto, a casuística constituiu-se a partir de dois grupos: 30 adolescentes em conflito com a lei em medida de internação e 30 adolescentes sem conflito com a lei, com idades variando entre 12 a 17 anos e de ambos os sexos. Utilizaram-se como instrumentos: o questionário sociodemográfico; familiograma; teste de identificação familiar, escala de afeto positivo e negativo e a escala de satisfação de vida. Como resultados, verificou-se que adolescentes institucionalizados apresentaram baixos níveis de bem-estar subjetivo e idealização do seu sistema familiar, além da obtenção de modelo de regressão que explicou 44% da variância do bem-estar subjetivo. Assim sendo, este estudo avança por possibilitar esclarecimentos desses fatores, e acrescentar que a eficácia de programas de redução à violência deve iniciar e perdurar durante a fase da infância e adolescência.

Palavras Chaves: relações familiares; processos de identificação; adolescentes com restrição de liberdade.

ABSTRACT

SILVA, A. M. F. M. *Study of Family relationships, identifying processes and well-being of adolescents under socio-constrained freedom*. 87 p. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

Among the risk factors that cause criminal behavior, it is known that the family has great importance for being the primary socialization environment of man. In this sense, the objective of this thesis was to conduct two studies about the relationship between the family system and the transgression behavior of adolescents. The first of these studies is a systematic review in which it was used seven databases: SciELO, LILACS; BVS; PePSIC; PsycNET; APA PsycNET; Science Direct and Web of Knowledge. The results showed that family factors have been considered by the scientific literature as an important factor in understanding the encouragement of criminal tendencies; however it is not the existence of a risk factor that will determine the action for violations of the law. The second, aimed to analyze family relationships, the processes of identification and subjective well-being in adolescents in conflict with the law. For this purpose, the sample was composed from two groups: 30 adolescents in conflict with the law in self-restrain measures and 30 adolescents without conflict with the law, with ages ranging from 12 to 17 years from both sexes. There were used as instruments: the sociodemographic questionnaire, Familiogram, identification family test, positive and negative scale of affection and life satisfaction scale. As a result, it was found that institutionalized adolescents had lower levels of subjective well-being and an idealization of their family system, in addition to obtaining a regression model that explained 44% of the variance of subjective well-being. Therefore, this study advances by allow clarifications of these factors, and add that the effectiveness of programs to reduce violence must start and continue during the childhood and adolescence.

Keywords: family relationship; well-being; adolescents under socio-constrained freedom

LISTA DE SIGLAS

BES	Bem-estar Subjetivo
CASE	Centro de Atendimento Socioeducativo
DP	Desvio padrão
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FEBEM/SP	Fundação Estadual do Bem-estar do Menor/São Paulo
FIT	Teste de Identificação Familiar
FUNASE	Fundação de Atendimento Socioeducativo
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
ONU	Organização das Nações Unidas
SNDH	Secretaria Nacional dos Direitos Humanos
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences

LISTA DE TABELAS

Tabelas do artigo 1

Tabela 1 –	Fatores familiares associados à condição de cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade.....	23
------------	---	----

Tabelas do artigo 2

Tabela 1 –	Frequência e porcentagem dos dados sociodemográficos da amostra	45
Tabela 2-	Média e Desvio-Padrão dos Escores Z-Fisher do Teste de Identificação Familiar (FIT)	51
Tabela 3 -	Média e Desvio-Padrão dos Escores do Familiograma	53
Tabela 4 -	Média e Desvio-Padrão dos Escores da Escala de Afeto Positivo e Negativo	54
Tabela 5 -	Média e Desvio-Padrão dos Escores da Escala Multidimensional de Satisfação de Vida	55
Tabela 6 -	Modelo de regressão para o Bem-estar Subjetivo	56

LISTA DE FIGURAS

Figuras do artigo 1

Figura 1 – Esquema representativo do procedimento de seleção dos artigos.....	22
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. Artigo Teórico	18
Introdução	20
Metodologia	21
Resultados	22
Discussão	29
Conclusão	31
Referências	33
2. Artigo Empírico	36
Introdução.....	39
Metodologia.....	44
Resultados.....	51
Discussão.....	56
Conclusão.....	63
Referências.....	64
Considerações finais	67
Referências	69
Anexos	70

1 INTRODUÇÃO

Conforme a legislação brasileira, dispositivo constitucional (art. 228) e regra de direito penal (art. 27) da Constituição Federal Brasileira/88, são considerados inimputáveis os menores de 18 anos, estando estes sujeitos submetidos a uma legislação específica (Brasil, 2004), como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº 8.069/90). De acordo com esta lei, para alguns casos, depois de verificada a culpabilidade dos adolescentes na prática de ato infracional, o Juiz de Menores poderá aplicar ao adolescente (entre 12 e 18 anos de idade) internação em estabelecimento educacional, com liberação aos 18 anos de idade. Contudo, de acordo com os artigos 121 e 122 do ECA (Brasil, 1990), as medidas restritivas de liberdade devem ser utilizadas apenas como último recurso e pelo período mínimo necessário.

Os casos de infração cometidos por adolescentes devem ser encaminhados para a vara Privativa da Infância e Juventude, a qual, com base no ECA (Brasil, 1990) apresenta como objetivo a promoção dos direitos e do bem-estar de crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado para atender as demandas de adesão às regras internacionais convencionadas pela ONU (Santos, 2007). Neste estatuto, os menores devem ter prioridade absoluta e assim receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, bem como a destinação privilegiada de recursos públicos para as áreas de proteção à família e à juventude.

Neste contexto, de acordo com a priorização à proteção que a sociedade como um todo deve propiciar as crianças e aos adolescentes, diversos estudos que serão descritos nesta seção vêm sendo desenvolvidos com o intuito de investigar quais os fatores sociais e individuais podem estar relacionados com comportamento de transgressões à lei e assim buscar formas de prevenções e intervenções.

Neste sentido, Priuli e Moraes (2007) buscaram obter um perfil sociodemográfico dos adolescentes em conflito com a lei, os quais cumpriam medidas socioeducativa de internação na Fundação Estadual do bem-estar do menor (FEBEM/SP). Como resultados, observou-se que o perfil encontrado seguia as seguintes características: média de idade de 17 anos; escolaridade com ensino fundamental incompleto; grandes índices de evasão escolar; não trabalhavam; residentes da região norte da cidade de São Paulo; com baixo poder socioeconômico. Em ordem crescente de ocorrências, a maior infração apresentada foi o roubo; em seguida, furto seguido de

homicídio, roubo qualificado, tráfico de drogas e roubo com morte. Grande parte usava as seguintes drogas: tabaco, maconha, álcool, crack; já a minoria, cocaína, thinner e cola. Sendo este também o perfil dos seus familiares, ou seja, muitos dos familiares dos adolescentes infratores apresentavam baixo nível de renda, de escolaridade, de profissionalização e faziam abuso de álcool.

Dentre as possíveis causas associadas ao ato infracional, apresentam-se: as condições da família associadas com baixos níveis de afeto; pouca coesão e ausência de monitoramento das atividades dos filhos; indiferença generalizada e vínculo pouco afetivo nas relações interpessoais; nível socioeconômico reduzido; influência de colegas como a associação com pessoas agressivas ou usuários de drogas; distanciamento de pessoas que não se comportam criminalmente; atitudes pessoais; valores, crenças e alta tolerância às infrações; história comportamental de exposição a situações de risco; problemas familiares; presença de psicopatologias e problemas escolares; além de fatores fisiológicos e cognitivos (Galo & Willians, 2005). Assim, observa-se que são muitos os fatores de risco ao desenvolvimento da conduta criminal.

Visando identificar algumas variáveis familiares e individuais relacionadas à ocorrência de comportamentos antissociais em adolescentes em situação de conflito com a lei, Pacheco e Hutz (2009) investigaram uma amostra de adolescentes infratores no estado do Rio Grande do Sul. Os resultados indicaram que o comportamento antissocial de familiares, o número de irmãos, o uso de drogas pelo adolescente, os conflitos na família e as práticas educativas parentais explicaram 53% da variância do comportamento infrator. Assim, os resultados tornam clara a influência da família no desenvolvimento do adolescente e, neste caso mais especificamente, do desenvolvimento na conduta infratora.

Corroborando com os achados anteriormente descritos, outro estudo semelhante foi realizado, diferindo apenas por apresentar uma amostra constituída apenas por indivíduos do sexo feminino. Os resultados indicam que a falta de estabilidade e a fragilidade dos vínculos estabelecidos durante o desenvolvimento entre os membros de uma família, associados a eventos estressores, podem influenciar a manifestação dos comportamentos desadaptativos de adolescentes, podendo ser entendidos como facilitadores para comportamentos que ocasionem em situações de conflito com a lei (Dell'Agio, Santos & Borges, 2004).

Esta situação preocupa muito as esferas sociais, pois este núcleo de convivência primária passa a ser considerado um fator de risco ao bem-estar de muitas crianças e

adolescentes, ao invés de cumprir sua função de proteção aos mesmos. Tornando aparente o quanto que a fragilidade dos vínculos familiares pode ocasionar às crianças e aos adolescentes comportamentos infracionais, por possibilitar a formação de desajustes em seu desenvolvimento humano.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo analisar as associações existentes entre comportamentos de transgressões às leis e as relações e identificações familiares, bem como o bem estar subjetivo em adolescentes em conflito com a lei. Para tudo, este será dividido em duas partes: um artigo de revisão de literatura sistemática e outro de cunho empírico que investigará dados obtidos nas instituições de cumprimento de medida socioeducativas na cidade de Recife-PE, a FUNASE.

A Fundação de Atendimento Socioeducativo (FUNASE) foi instituída pela Lei Nº. 132, de 11/12/2008. Encontra-se vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos; é pessoa jurídica de Direito Público e tem sede e foro no Município e Comarca do Recife, capital do Estado de Pernambuco (FUNASE, ano desconhecido). Apresenta como público alvo, adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade incompleta e, excepcionalmente, dos 18 aos 21 anos de idade, envolvidos e/ou autores de ato infracional encaminhados judicialmente para cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade, bem como a Internação Provisória e o Atendimento Inicial, previstas no Art.90-ECA.

Como Entidade de Atendimento do Estado, a FUNASE tem por objetivo estruturar e operacionalizar um conjunto de ações direcionadas à garantia dos direitos fundamentais, priorizando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, com focalização numa educação para valores e na sensibilização e mobilização da sociedade para com o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas restritivas de liberdade. Além disso, busca proporcionar a esses adolescentes o retorno à sociedade, após cumprimento da medida socioeducativa, por meio da liberdade assistida.

A FUNASE é constituída por várias unidades de internação no estado de Pernambuco. No entanto, as instituições pesquisadas na Região Metropolitana do Recife foram duas: Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) destinada ao sexo masculino e Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) destinada ao sexo feminino.

O Centro de Atendimento Masculino tem como público alvo adolescentes do sexo masculino de faixa etária compreendida entre os 12 anos completos aos 16 anos incompletos, os quais foram autores de ato infracional e assim encaminhados

judicialmente para cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação. Apresenta capacidade para 32 adolescentes. No entanto, durante a época da realização da coleta, encontrava-se com uma população aproximada de 80 adolescentes. Assim, em dormitórios onde deveriam dormir dois adolescentes, dormiam cerca de três a quatro adolescentes no mesmo cômodo, configurando o quadro de superlotação da instituição. Apesar deste problema, a mesma possuía uma boa estrutura em relação aos demais centros da Região Metropolitana do Recife, apresentando um funcionamento organizado da instituição, tal como lugar reservado aos adolescentes e lugar direcionado à administração do centro. As casas onde os meninos residem, dentro da instituição, apresentam o nome de acordo com a fase destes na instituição. Por exemplo: na Casa da Acolhida, ficam os meninos que acabaram de chegar nessa instituição; em seguida, eles se mudam para a Casa da Convivência, onde os adolescentes aprendem a conviver com os demais; e assim segue até que eles sejam desligados do programa. A escola, que eles frequentam, com professores e pedagogos próprios, fica dentro da instituição, com biblioteca e salas de atividades com os profissionais. Toda a instituição apresentava-se de forma limpa e organizada, com pinturas lúdicas em muitas paredes, realizadas pelo professor de artes em conjunto com os internos. Possui quadra para atividades esportivas e mais três casas em processo de construção.

Durante ao período de manhã, todos os adolescentes encontram-se dentro da sala em aula, enquanto que, no turno da tarde, eles frequentam oficina de artesanato, coral, atividades esportivas e atendimentos individuais. No tocante a atividades fora da instituição, há a realização de eventos culturais, tais como: apresentações em escolas e na Fenearte, grande feira de artesanato que acontece anualmente em Recife. Assim, apesar da instituição apresentar algumas dificuldades e lacunas, é uma unidade de referência no Brasil. Segundo o Ministério Público de Pernambuco, esse CASE é considerado como um modelo de execução do Estatuto da Criança e do Adolescente a ser seguido pelos demais (MPPE, 2012).

O Centro de Atendimento Feminino tem como público alvo adolescentes do sexo feminino de faixa etária compreendida entre os 12 anos completos aos 18 anos incompletos, as quais foram autoras de ato infracional e assim encaminhadas judicialmente para cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação. Apresenta capacidade para dez adolescentes, no entanto, durante a época da realização da coleta, encontrava-se com uma população aproximada de 30 adolescentes, configurando o quadro de superlotação da instituição.

A infraestrutura da instituição é semelhante a uma casa residencial comum, diferindo apenas pela presença de grades nas áreas abertas. A casa dormitório é a mesma edificação da central administrativa. A área de descanso está localizada no piso um da casa, enquanto que a administração da instituição fica reservada ao segundo piso. Portanto, para ter acesso a este andar, é necessário passar pelo primeiro piso, ou seja, é preciso adentrar no espaço destinado às adolescentes. A casa possui uma área pequena, por isso muitas adolescentes se queixaram da falta de espaço.

Fora a estrutura da casa, existe um espaço com muitos bancos destinados aos momentos de vistas familiares, além de ser caracterizado como um lugar utilizado para as adolescentes fumarem quando a família fornece esse recurso. Encontra-se ainda uma piscina na área externa, a qual tem seu uso liberado no domingo para as adolescentes que apresentam bom comportamento durante a semana. Possui, inclusive, um quarto de isolamento que é utilizado quando necessário (brigas e ameaças de morte entre as internas). Por fim, vale ressaltar que este centro não possui escola interna em sua estrutura física. Dessa forma, é necessária a saída das adolescentes, junto a agentes sociais, para realizar as atividades de ensino formal.

Este é o cenário encontrado na coleta de dados, que será descrito no artigo empírico. A dissertação é composta por dois artigos: O primeiro teve como objetivo realizar uma revisão sistemática sobre a relação entre o sistema familiar e a conduta infracional de jovens. Tal busca resultou em 19 artigos, os quais foram categorizados e assim revelaram as principais características das famílias e das relações familiares dos adolescentes em conflito com a lei. Estas características foram consideradas, pelos estudos, fatores de risco à conduta criminal de jovens. Já o segundo artigo, descreve uma pesquisa empírica realizada com adolescentes institucionalizados por estarem cumprindo medida socioeducativa por terem cometido atos de infrações às leis. O objetivo deste estudo foi o de comparar os processos de identificação, o bem-estar subjetivo e as percepções sobre as relações familiares das crianças e dos adolescentes em conflito com a lei com os das crianças e dos adolescentes sem conflito com a lei. Além de investigar as associações existentes, as variáveis sociodemográficas e as situações de conflito com a lei desses jovens.

2. ARTIGOS

2.1 Artigo 1

Relações familiares de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com restrição de liberdade: uma revisão sistemática da literatura.

Family Relationships of adolescents under socio-constrained freedom: a systematic literature review.

Angélica Maria Ferreira de Melo Silva - Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Maycoln L. M. Teodoro – Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

Sabe-se que a família possui extrema importância por ser o ambiente de socialização primária do homem. Neste sentido, o objetivo deste artigo foi realizar uma revisão sistemática sobre a relação entre o sistema familiar e a conduta infracional de jovens. Assim, foram consultadas as bases de dados SciELO; LILACS; BVS; PePSIC; PsycNET; APA PsycNET; Science Direct; Web of knowledge. A busca foi realizada entre janeiro e fevereiro de 2012, restringindo-se a artigos escritos em português e inglês publicados a partir de 2005 até 2012. Resultaram da busca 18 artigos que atenderam aos critérios de inclusão. Como resultados, pôde-se visualizar alguns dos fatores familiares que comumente encontram-se associados à condição de infrações à lei e à medida socioeducativa de internação: os socioeconômicos; estrutura familiar; violência intrafamiliar; práticas educacionais e monitoramento parental; fragilidade dos vínculos familiares; familiares em conflito com a lei; e fatores biológicos. Assim, pode-se constatar que este núcleo de convivência primária passa a ser considerado um fator de risco ao bem-estar de muitas crianças e adolescentes, ao invés de cumprir sua função de proteção.

Palavras chaves: família; relações familiares; adolescentes em conflito com a lei.

Abstract

It is known that the family has extreme importance for it is men's primary socialization environment. In this way, the objective of this article was to realize a systematic review of the relation between the family system and the criminal conduct of adolescents. So, it was used the data bases: SciELO; LILACS; BVS; PePSIC; PsycNET; APA PsycNET; Science Direct; Web of knowledge. The research was done between January and February 2012, restricting to articles written in Portuguese and English published from 2005 up to 2012. Resulting on 18 articles that complied the inclusion criterias. As result, it could be seen some of the family factors that are likely found associated with law infraction and the socio-constrained freedom measures, such as: socioeconomics; family structure, violence inside family; educational practices and parental control; frailty of family bonds; family members in conflict with the law; and biologic factors. So, it could be verified that this primary core of coexistence starts to be considered a factor of risk to the well being of many childs and teenages instead of fullfills is function of protection.

Keywords: family; family relationships; adolescents in conflict with the law.

Introdução

Os atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes vêm sendo amplamente divulgados pelos meios de comunicação. Estima-se que cerca de 20 mil adolescentes estavam em internação no fim de 2010 no Brasil, cumprindo pena de restrição de liberdade por terem praticado algum tipo de crime (Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 2011). Estes dados preocupam as esferas sociais e revelam que políticas públicas devem ser discutidas e repensadas, com vistas a amenizar o crescimento deste problema social.

Conhecer e compreender os fatores que podem estar relacionados ao fato de crianças e adolescentes realizarem comportamentos que ocasionam em situações de conflito com a lei, torna-se imprescindível à medida que viabiliza a fomentação de projetos de intervenção e de prevenção que auxiliem na diminuição de comportamentos de transgressões à lei. Neste sentido, pesquisadores vêm estudando a existência de fatores de riscos que podem ocasionar aos adolescentes situações de conflito com a lei, tais como: uso de drogas, violência familiar, personalidades, dentre outros (Christiansen & Knussmann 1987; Galo & Willians, 2005; Pacheco & Hutz, 2009; Webster-Stratton, 1998).

De fato, Galo e Willians (2005) revisaram as principais publicações científicas entre 1997 a 2003 e apontaram que dificuldades de aprendizagem e baixo rendimento escolar, problemas na família, problemas no meio social, consumo de drogas e baixo poder econômico estavam entre os principais fatores de risco para crianças e adolescentes apresentarem conflito com a lei. Entretanto, os autores acrescentam que não seria a simples existência dos fatores de risco um fator determinante à prática infracional da população infanto-juvenil, pois o comportamento humano não pode ser predito por meio de conjunto de variáveis isoladas, mas sim como um processo multideterminado por relações complexas entre as diferenças individuais e socioculturais.

Dentre os fatores elencados por Galo e Willians (2005), o ambiente familiar possui extrema importância por ser o local de socialização primária do homem. Deste modo, é necessário um aprofundamento das relações entre os aspectos familiares e o comportamento conflitivo com a lei, pois, sabe-se que conflitos nas relações conjugais podem provocar prejuízos ao desenvolvimento da criança e do adolescente, não sendo benéfico para crianças vivenciarem, dentro do ambiente familiar, situação de agressão

física, submissão, agressão ou hostilidade verbal, isolamento, episódios de perseguição e ameaças que comprometem a união da família, bem como ocasionem em situações de exposição das crianças a conflitos (Davies et al., 1999). Deste modo, considerando a importância da família para a socialização e formação do indivíduo, o objetivo deste artigo será realizar uma revisão sistemática de estudos sobre a relação entre o sistema familiar e a conduta infracional de jovens.

Método

Bases e Estratégias de Busca

A busca dos artigos foi realizada em sete bases de dados: SciELO, LILACS, BVS, PePSIC, PsycNET, APA PsycNET, Science Direct e Web of Knowledge, no período compreendido entre os dias 23 de janeiro a 8 de fevereiro de 2012, restringindo-se os artigos na língua inglesa e portuguesa publicados a partir de 2005 até 2012. Os descritores utilizados foram relações familiares e conflito com a lei (*family relationships and conflict with the law*), família e conflito com a lei (*family and conflict with the law*) e adolescentes infratores e família (*family and adolescent offender*).

Crítérios de Seleção dos Artigos e Extração dos Dados

Os artigos incluídos nessa revisão sistemática deveriam preencher alguns requisitos. Foram selecionados os seguintes critérios de inclusão: A) Métodos Quantitativos; B) Amostras compostas por adolescentes em conflito com a lei; C) Investigação dessa amostra com a variável família e D) Investigação de alguma relação familiar.

Foram excluídos artigos que analisavam a eficácia do sistema de internação de medidas socioeducativas, a reinserção social dos adolescentes, fatores de reincidência dos atos infracionais, assim como os artigos que apresentavam a forma de editoriais, projetos e entrevistas. Nesta fase, quando os resumos não foram esclarecedores, buscou-se ler o artigo na íntegra para evitar a possibilidade de deixar estudos importantes fora da revisão sistemática.

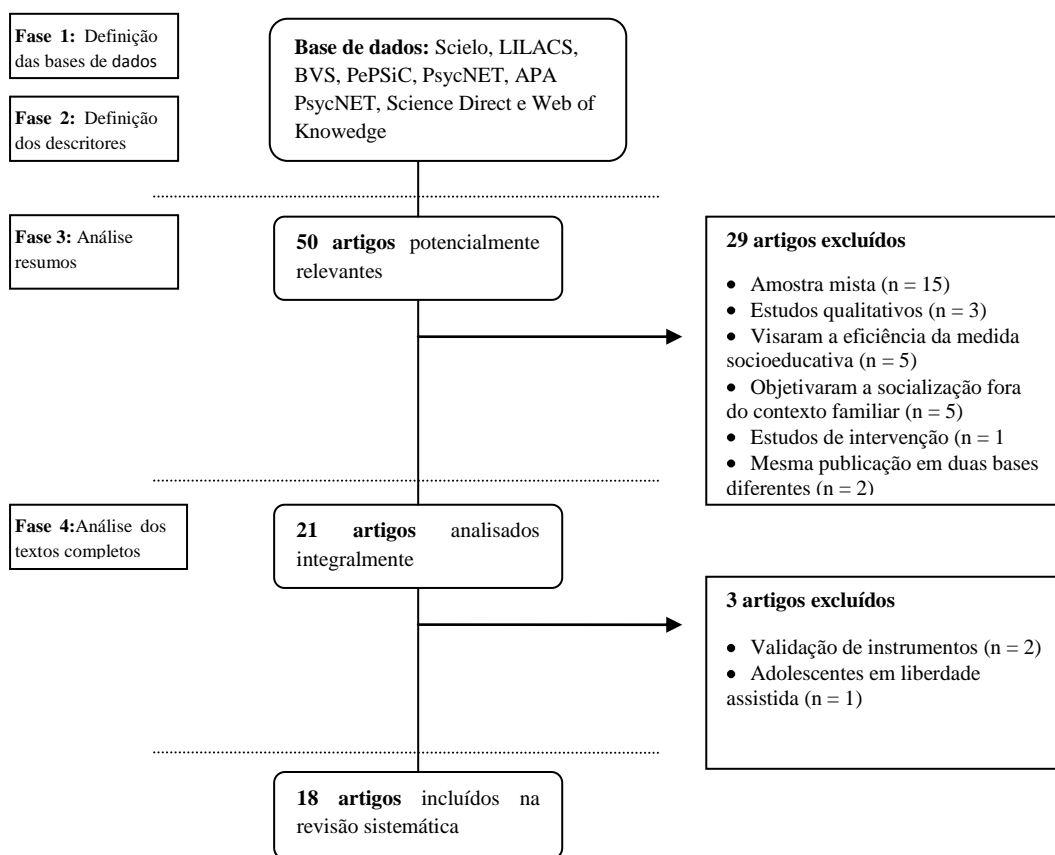
Os artigos que atenderam aos critérios de inclusão foram analisados e registrados em um protocolo elaborado pelos pesquisadores, que continham um resumo acrescido de comentários. Os resumos foram organizados de forma a apresentar a sua estrutura em

tópicos, compostos pelo título, introdução, objetivos, delineamento do estudo, amostra, instrumentos de coleta de dados e resultados de discussão.

Resultados

A partir dos descritores utilizados, foram encontrados 52 artigos potencialmente relevantes nas bases de dados. Dois artigos eram repetidos, totalizando 50 publicações. Em seguida, após leitura do material e a aplicação dos critérios de seleção dos artigos, foram excluídos 21 artigos, como mostra a Figura 1.

Figura 1 – Esquema representativo dos procedimentos de seleção dos artigos



- 5 objetivaram avaliar a eficiência das medidas socioeducativas e a importância da família no processo socioeducativo;

- 3 eram estudos qualitativos que não exploravam os fatores preditores e fatores de risco;
- 3 eram compostos por amostra mista: constituída por familiares;
- 2 eram compostos por amostra mista: constituída por menores e maiores de idade;
- 4 eram compostos por amostra mista: constituída por funcionários das instituições;
- 5 focaram a socialização de forma geral e não a familiar;
- 1 objetivou o estudo de intervenções;
- 6 eram compostos por amostra mista: adolescentes “delinquentes/problemáticos” e menores em conflito com a lei.

Faz-se importante ressaltar que na problemática da amostra mista, os dados foram analisados de forma conjunta, ou seja, não tinham dados específicos para a população de adolescentes em conflito com a lei. Assim, apenas por esse motivo, esses artigos, compostos por amostra mista, foram excluídos desta revisão.

Assim, 21 artigos foram selecionados para serem analisados criticamente incluídos na revisão. Desses artigos, duas publicações não tinham objetivo específico de analisar a amostra de acordo com as relações familiares, pois visavam validar instrumentos e detectar psicopatologias. Por último, excluiu-se um artigo que era composto por amostra mista de adolescentes em liberdade condicional e com restrição total de liberdade. Dos 52 artigos, 18 artigos foram selecionados nesta etapa e assim constituem o corpus desta revisão. Tais artigos podem ser observados na Tabela 1, assim como os fatores que, segundo os estudos, encontram-se associados à condição de cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade relacionados com a família. Os principais fatores de risco encontrados nestes artigos serão descritos nas próximas seções.

Tabela 1 – Fatores familiares associados à condição de cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade.

Autores, ano e local	Principais fatores de risco associado à família
Lima, Alcântara, Almeida e Alves (2006), Brasil.	Violência intrafamiliar
Branco e Wagner (2009)	Violência intrafamiliar; Vínculos e Conflitos Familiares

Krischer e Sevecke (2008), EUA.	Violência intrafamiliar
Gold, Sullivan e Lewis (2011), EUA.	Violência intrafamiliar
Grogan-Kaylor, Ruffolo, Ortega e Clarke (2008), EUA	Violência intrafamiliar
Nijhof, de Kemp e Engels (2009), Holanda.	Violência intrafamiliar
Mack, Leiber, Featherstone e Monserud (2007), EUA.	Violência intrafamiliar
Carvalho e Gomide (2005), Brasil.	Práticas Educacionais e Monitoramento
Pacheco e Hutz (2009), Brasil.	Práticas Educacionais e Monitoramento
Ozen, Ece, Oto, Tirasci e Goren (2005), Turquia.	Práticas Educacionais e Monitoramento; Condições Socioeconômicas; Estrutura Familiar; Parentes em conflito com a lei
Caldwell, Beutler, e Silver (2006), México.	Práticas Educacionais e Monitoramento
Tia, Merry e Suyeon Source (2011), EUA.	Práticas Educacionais e Monitoramento, Parentes em conflito com a lei
Child, Sullivan e Gullede. (2011), EUA.	Práticas Educacionais e Monitoramento
Rodway, Norrington-Moore, While, Hunt, Flynn, Swinson, Roscoe, Appleby e Shaw (2011), Inglaterra.	Vínculos e Conflitos Familiares
Wong (2011) Canada.	Condições Socioeconômicas; Estrutura Familiar;
Carter, Fortson, Hollist Dusten., et al. (2006), EUA.	Condições Socioeconômicas;
Kierkus e Hewitt (2005), Canada.	Estrutura Familiar;
Day, Leech, e Goldschmidt (2011), EUA.	Fatores genéticos

Fatores Socioeconômicos e Educacionais

Três estudos (16,67%) revelaram as condições socioeconômicas como um dos fatores que pode vir a caracterizar a família como um fator de risco ao desenvolvimento da conduta criminal dos adolescentes. A maioria das famílias, dos menores em cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade, apresentou nos estudos níveis socioeconômicos baixos, caracterizados assim por condições de pobreza, exclusão e falta de amparo social (Kierkus & Hewitt, 2005; Ozen, Ece, Oto, Tirasci & Goren 2005; Wong, 2011).

A maioria das famílias, além de apresentar reduzido nível econômico, também apresentou baixos níveis educacionais concatenados com a grande quantidade de integrantes. Ou seja, por se tratar de família com grande número de membros (filhos) e pouca renda familiar, o nível econômico é reduzido, bem como o monitoramento das atividades de seus constituintes (Kierkus & Hewitt, 2005).

Um dos estudos revelou que a maioria das crianças tinha crescido em um ambiente familiar composto por muitos integrantes e que o número médio dos irmãos foi 7,4. A probabilidade de cometer algum delito foi de 3 a 4 vezes maior em uma pessoa que tem 5-6 irmãos e 15 vezes maior em um indivíduo que tem 10 ou mais irmãos (Ozen, Ece, Oto, Tirasci & Goren, 2005). Neste sentido, observa-se que em alguns casos o nível socioeconômico esta relacionado com a estrutura familiar.

Estrutura Familiar

Três estudos (16,67%) revelaram a estrutura familiar como um dos fatores que podem vir a caracterizar este núcleo de socialização primária como um fator de risco à conduta criminal dos adolescentes. A maioria das famílias, que possui menores infratores desprovidos de liberdade, não é nuclear devido à separação dos pais, ao abandono do lar familiar, ao falecimento etc.. Dessa forma, o outro membro constituiu um novo núcleo familiar ao ter um novo companheiro e novos filhos advindos desta união (Kierkus & Hewitt, 2005; Ozen, Ece, Oto, Tirasci & Goren 2005; Wong, 2011).

Wong (2011), em uma análise sobre a estrutura da família, observou que esta característica não interage com o sexo, com o nível socioeconômico ou com a localidade da residência. Assim, após analisar o tamanho da amostra e a sensibilidade dos testes estatísticos, este autor concluiu que os meninos, meninas, ricos, pobres, jovens que residem na cidade, e os seus pais irão responder, em grande parte da mesma maneira, ao crescerem e se desenvolverem em famílias não nucleares, ou seja, segundo

esta pesquisa eles constituirão parte do grupo de risco de adolescentes propensos a cometerem atos infracionais (Wong, 2011).

Violência intrafamiliar

Dentre os artigos analisados, observou-se que seis estudos (33,33%) revelaram a violência intrafamiliar como uma das características que pode vir a definir a família como um fator de risco ao desenvolvimento da conduta criminal dos adolescentes. A maioria das famílias, dos menores em cumprimento de medidas socioeducativas com restrição de liberdade, teve a experiência de violência familiar (Mack, Leiber, Featherstone & Monserud, 2007).

Segundo Lima, Alcântara Almeida e Alves (2006), 92% dos adolescentes infratores já haviam experimentado, pelo menos uma vez, algum tipo de violência no ambiente familiar, dentre tal porcentagem 89,6 foram violências materiais ou físicas. A parentalidade abusiva pode converter a culpabilidade a um terceiro e assim fomentar comportamentos de infrações à lei (Gold, Sullivan, & Lewis, 2011). Nesta direção, Nijhof, de Kemp e Engels (2009) demonstram, em seu estudo, que a frequência com que adolescentes realizam atos de violência física está diretamente relacionada à frequência na qual o adolescente foi vítima de violência quando criança.

Resultados divergentes dos apresentados anteriormente foram encontrados por Mack, Leiber, Featherstone e Monserud (2007). Por meio de análises de regressão binomial, os autores constataram que famílias violentas ou não violentas não foram um preditor significativo da delinquência da criança. Pelo contrário, o apego maternal emergiu como o mais importante determinante no comportamento delinquente entre os jovens de todos os tipos e estruturas de família, demonstrando que quanto maior o apego, menor será a probabilidade de comportamentos de delinquência pelos adolescentes.

Práticas educacionais e monitoramento parental

Quanto às práticas educacionais e monitoramento parental, destaca-se que seis estudos (33,33%) revelaram-nas como um dos elementos que vem a caracterizar a família como um fator de risco ao desenvolvimento da conduta criminal dos adolescentes. Pois, em famílias de adolescentes em conflito com a lei, pode-se observar que o nível de estilo parental familiar (conjunto de atitudes, modelo parental e práticas educativas utilizadas pelos pais visando à promoção da socialização dos filhos) e o

monitoramento familiar (filho, pai e mãe) não são positivos, ou seja, não propiciam um desenvolvimento pró-social como seria papel da família realizar (Carvalho & Gomide, 2005; Ozen, Ece, Oto, Tirasci & Goren, 2005; Tia, Merry & Suyeon, 2011).

Em outro estudo, uma análise de regressão indicou que o comportamento antissocial de familiares, o número de irmãos, o uso de drogas pelo adolescente, os conflitos na família e as práticas educativas parentais explicaram 53 por cento da variância do comportamento infrator. Os resultados apontaram a importância da família no desenvolvimento da conduta infratora (Pacheco & Hutz, 2009). Assim, a literatura referente aos processos familiares e aos atos infracionais revela que o monitoramento parental relaciona-se negativamente à delinquência (Caldwell, Beutler, & Silver, 2006). Acrescenta-se ainda que através dos efeitos oriundos da modelagem, existe um risco dos pais influenciarem, de alguma forma, os filhos ao uso de substâncias químicas e à delinquência juvenil, por meio das práticas educacionais (Child, Sullivan & Gullledge, 2011).

Fragilidade dos vínculos familiares

Neste tópico destaca-se 22,22% dos artigos, isto é, quatro deles revelaram o quanto que a fragilidade dos vínculos familiares pode ser considerada um fator de risco ao desenvolvimento da conduta criminal dos adolescentes. Embora a família ainda seja a instituição que os jovens acreditam poder ajudá-los, esta se mostrou extremamente fragilizada, vulnerável e com pouca capacidade de atuação. Branco e Wagner (2009) consideraram que as médias de funcionamento familiar foram baixas, revelando que a família passa em muitos momentos, a assumir um papel de fator de risco ao invés de um fator de proteção à conduta criminal de adolescentes.

Inúmeras pesquisas apontam para fatores de risco relacionados com a prática infracional. Os fatores mais frequentes são: as condições da família com baixos níveis de afeto, pouca coesão, indiferença generalizada e vínculo pouco afetivo nas relações interpessoais, além dos problemas familiares. De fato, a pesquisa demonstra que conflitos familiares e disfunção familiar são fatores que podem acarretar em situações de comportamentos de atos infracionais por adolescentes (Rodway, Norrington-Moore, While, Hunt, Flynn, Swinson, Roscoe, Appleby & Shaw, 2011).

Familiares em conflito com a lei

Dentre os 18 artigos, três deles (16,67%) revelaram que as ações de infrações à lei em adolescentes são maiores em adolescentes que têm membros familiares em conflito com a lei (Ozen, Ece, Oto, Tiraschi & Goren, 2005; Nijhof, de Kemp & Engels, 2009; Tia, Merry & Suyeon, 2011). Em um estudo realizado com 577 adolescentes infratores, 163 apresentaram pelo menos um dos pais criminoso, 33 deles tinham a mãe e o pai considerados criminosos e 34 foram expostos à criminalidade dos pais quando crianças. Acrescenta-se ainda que se ambos os pais eram criminosos, a criança apresentava uma maior frequência de realizar atos infracionais de violência, tornando claro que esses resultados oferecem uma melhor compreensão da influência que os pais, com um histórico criminal, exercem sobre seus filhos (Nijhof, de Kemp & Engels, 2009).

Em outro estudo, entre 165 jovens em medidas de privação de liberdade, 14,5% tinham um irmão delinquente. Assim, ao encontrar uma associação moderadamente forte entre esses dois fatores, constata-se que o irmão que comete ou cometeu atos de infrações à lei pode influenciar irmãos adolescentes com cerca de 14 anos de idade a também cometerem os mesmos delitos. (Ozen, Ece, Oto, Tiraschi & Goren, 2005).

Em consonância com os pressupostos dos teóricos descritos, em um estudo ao analisar as adolescentes do sexo feminino, pode-se observar que elas tendem a apresentar mais resistência a cometerem atos infracionais quando não apresentam membros familiares com históricos de criminalidade (Tia; Merry & Suyeon, 2011). Assim, demonstra-se que realmente existe uma relação entre possuir membros familiares em conflito com a lei e cometer infrações a leis em amostras juvenis de ambos os sexos, feminino e masculino.

Fatores Biológicos

Por fim, apenas um estudo (5,3%) apontou para o fato de alguns fatores biológicos serem considerados, durante a gestação, influenciadores no desenvolvimento da conduta criminal dos adolescentes. Day, Leech & Goldschmidt (2011) investigaram a hipótese da existência de uma relação entre a exposição pré-natal à maconha e a realização de atos infracionais na adolescência de jovens por terem o desenvolvimento neurocognitivo do feto comprometido por causa da exposição à droga durante a gestação. De fato, pode-se constatar consequências na vida posteriores dos adolescentes, pois, aos 10 anos, eles apresentavam sintomas depressivos e problemas de atenção.

Enquanto que aos 14, apresentaram relações significativas ao relacionar a exposição à maconha durante a gestação e comportamento delincente.

Discussão

Este artigo de revisão compilou as investigações empíricas sobre as relações familiares e jovens em conflito com a lei. Assim, como exposto, o conjunto de publicações revelou os fatores que, segundo as pesquisas, encontram-se associados à condição de cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade relacionados com a família.

Dentre as categorias que constituem alguns dos fatores de risco mais frequentes em menores em conflito com a lei, pode-se destacar o baixo nível socioeconômico, no qual os adolescentes estariam mais propícios a cometerem atos infracionais. No entanto, vale ressaltar que não será apenas o fator pobreza que explicará as ocorrências de comportamento infratores, mas sim um conjunto de fatores de risco associados, pois, em uma pesquisa, as regiões que apresentaram os baixos indicadores socioeconômicos na cidade do Rio de Janeiro não foram as áreas nas quais se encontraram as maiores taxas de mortes por homicídio (Oliveira & Assis, 1999).

Neste sentido, a pobreza seria um fator de risco ao fomentar um ambiente estressante, que ocasionaria em problemas situacionais que acarretariam em prejuízos ao desenvolvimento humano (Barnet, 1997). Segundo Aiello e Willians (2000), a desigualdade social no Brasil tornaria a população de crianças, considerada de risco, gigantesca, caso apenas o fator econômico fosse levado em consideração.

Outro fator revelou que a maioria dos adolescentes, além de terem baixo nível socioeconômico, também havia crescido em um ambiente familiar composto por uma grande quantidade de integrantes familiares (Ozen, Ece, Oto, Tirasci & Goren, 2005). Além do fato que a maioria das famílias dos menores em cumprimento de medida socioeducativa de restrição de liberdade não é nuclear, muitas delas eram constituídas por situações de abandono por um dos pais, morte, bem como ocorrência de divórcio (Feijó & Assis, 2005; Ozen, Ece, Oto, Tirasci & Goren 2005; Kierkus & Hewitt, 2005; Wong, 2011). Fenômeno este também defendido por Gallo e Williams (2005), ao observarem que 43,1% dos adolescentes em conflito com a lei viviam apenas com a

mãe. De fato, em uma pesquisa, em 78,7% dos casos estudados de adolescentes infratores, a família dos adolescentes não era nuclear (Feijó & Assis, 2005).

No entanto, Feijó e Assis (2005) destacam que não será o fator “famílias monoparentais” determinante ao desajustamento no desenvolvimento infantil, e assim a ocorrência de atos de transgressões as leis, mas a relação entre este fator com outras variáveis de risco. Pois, no processo de reestruturação familiar de uma família nuclear para uma monoparental são necessárias reconfigurações de papéis entre os membros desta família, caracterizando assim uma fase de confusão emocional principalmente para as crianças que se encontram em processo de desenvolvimento. A separação dos pais pode provocar, por exemplo, a ausência da figura paterna e assim privá-los de um modelo importante para formação de identidade social, o que pode acarretar em prejuízos ao desenvolvimento infantil (Feijó & Assis, 2005). Neste sentido, não será a mudança estrutural em si que acarretará em prejuízos ao desenvolvimento infantil, mas sim as suas repercussões, tais como: dificuldades financeiras domésticas em cuidar dos filhos associadas à falta de apoio que podem acarretar no modo do estilo parental a ser desenvolvido (Gallo & Williams, 2005).

Dentre as condutas estabelecidas pelos pais, sabe-se que as famílias dos menores em cumprimento de medidas socioeducativas com restrição de liberdade tiveram a experiência de violência familiar (Mack, Leiber, Featherstone & Monserud, 2007). Este fenômeno pode ser explicado segundo a teoria de modelação inicialmente proposta por Albert Bandura (1959), na qual a aprendizagem de comportamentos violentos depende da vivência de violência na vida cotidiana. Como defende Huesmann (1986), os roteiros adquiridos durante a infância serão utilizados como guias para o comportamento social e resolução de problemas no futuro, pois é função da família ter papel preponderante na educação dos filhos, assim como orientá-los para o desenvolvimento de suas potencialidades e para a direção no convívio social.

Segundo Lima, Alcântara Almeida e Alves (2006), 92% dos adolescentes infratores já haviam experimentado, pelo menos uma vez, algum tipo de violência no ambiente familiar, dentre tal porcentagem, 89,6 foram violências materiais ou físicas. Mas não se pode esquecer que o abuso físico intrafamiliar é multidirecional, pois poderá ocorrer entre quaisquer de seus membros, por exemplo: pais e filho (a), irmãos, casal, entre outros. Esses eventos estressores vivenciados podem estar associados à manifestação dos comportamentos desadaptativos destas adolescentes e podem ser

entendidos como facilitadores para a entrada na vida infracional (Dell'Aglio, Santos & Borges, 2005; Grogan-Kaylor, Ruffolo, Ortega & Clarke, 2008).

No entanto, não se pode afirmar que ter sofrido violência familiar determina o comportamento delincente, não se deve vitimizar a criança duas vezes. Conforme afirmam Feijó e Assis (2005), estas famílias, por serem pressionadas pelas situações de vida diária e subjugadas pelas responsabilidades dos cuidados com as crianças, tendem a perder habilidades positivas de enfrentar a situação construtivamente e a assim cair num padrão crescente de maus-tratos por estarem isoladas do amparo social construtivo e do mundo que está além da sua comunidade de baixos recursos. Além do que, embora sejam responsabilidades dos pais ajudarem os filhos no processo de crescimento sadio, na conquista de maturidade e da autonomia, tem que se considerar que não se pode desprezar os aspectos individuais do experienciador.

Tal descrição proposta anteriormente pode ainda explicar a relação entre ter familiares em conflito com a lei e cometer infrações em amostras juvenis do sexo feminino e masculino. Ou seja, não seriam as características genéticas como proposta em 1876 por Cesare Lombroso que determinariam o comportamento infrator. Segundo Lombroso, haveria a existência do “criminoso nato”, o qual apresentaria determinados sinais ou estigmas de natureza física e psíquica que o classificaria como uma espécie diferente de “homo sapiens”, dando assim início à escola da “Criminologia Clínica” (Elbert, 3003).

Apenas um estudo, dos dezenove encontrados, investigou um aspecto biológico como sendo um fator de risco ao desenvolvimento da conduta criminal dos adolescentes. No entanto, o referido trabalho vislumbrou a hipótese da existência de uma relação entre problemas gestacionais associados a conduta infratora futura, devido ao desenvolvimento neurocognitivo do feto ser comprometido por causa da exposição de um fator externo à mãe, à droga cannabis na gestação. Ou seja, nem neste único caso, observou-se a visão de pré-determinações genéticas adquiridas entre gerações como propunha a criminologia clinica.

Conclusão

Dito posto, pode-se constatar que não será a existência de um fator de risco que determinará na ação de infrações à lei. Tampouco se observa que a delinquência será

explicada apenas por um fator sem levar em consideração a sua contextualização. Mesmo quando se leva em consideração as características familiares, deve-se considerar que existe o encontro de diversos fatores de risco, pois, ao analisar-se os fatores de risco associados à família de forma individualizada, isto pouco revelará sobre a sua influência no processo de fomentação de comportamentos infratores. Apenas quando se contextualizam tais fatores e os relacionam entre si, que se observa alguma relação entre as características familiares e os atos infracionais juvenis. Como por exemplo: ao observar a estrutura familiar associada a fatores socioeconômicos, pois não será a estrutura familiar que evocará situações de conflito com a lei, mas sim as dificuldades provindas dela, tais como: a dificuldade financeira que o grande número de membros em uma família pode gerar. Desta forma, comprova-se que este processo é multicausal, ou seja, será influenciado a partir da interação entre diversos fatores de risco.

Assim, por meio desta revisão, pode-se constatar que houve uma quebra com a visão antiga de que a prática infracional estava relacionada apenas com estruturas familiares. No entanto, os fatores familiares têm sido considerados pela literatura científica um fator contribuinte para os processos criminógenos. Esta situação passa a preocupar muito as esferas sociais, pois este núcleo de convivência primária passa a ser considerado um fator de risco ao bem-estar de muitas crianças e adolescentes, ao invés de cumprir sua função de proteção aos mesmos. Tornando aparente o quanto que a fragilidade dos vínculos familiares pode ocasionar às crianças e aos adolescentes comportamentos infracionais, por possibilitar a formação de desajustes em seu desenvolvimento humano.

Neste sentido, este estudo avança por possibilitar esclarecimentos desses fatores, e acrescentar que a eficácia de programas de redução à violência deve iniciar e perdurar durante a fase da infância e adolescência. Precisando, assim, associar medidas que objetivem não só crianças/adolescentes em situação de risco social, como também nas suas famílias, assim como prioriza o estatuto da criança e do adolescente (ECA). Pois, falar de prevenção objetivando apenas o “adolescente infrator” ou com “desvio de comportamento” é uma lógica improdutiva e ineficaz que conduz ao erro de que a punição é a única forma de resolução do problema da violência juvenil.

Referências

- Aiello, A. L. R., & Williams, L. C. A. (2000). O papel do Inventário Portage na operacionalização em programas de educação precoce. *Anais do 39º Encontro das APAES do Paraná. Educação Especial: para ser e compreender*, v. 1, 22-35.
- Araújo, V. F. O. A. (2002). Reflexões sobre a família e educação na modernidade. *Estilos da Clínica*, 7(12), 100-111.
- Bandura A, & Walters RH. (1959). *Adolescent aggression*. New York (NY): Ronald Press.
- Barnett, D. (1997). The effects of early intervention on maltreating parents and their children. In: M. J. Guralnick. *The effectiveness of early intervention*, 147-170.
- Boonomi, A.E., Boudreau, D.M., Fiscman, P.A., Meenan, R.T, & Revicki, D.A. (2005). Is a family equal to the sum of its parts? Estimating family-level well-being for cost-effectiveness analysis. *Quality of Life Research*, 14, 1127-1133.
- Branco, M. & Wagner, A. (2009). Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. *Ciênc. saúde coletiva*, 14(2), 557-566.
- Caldwell, R. M., Beutler, L. E., Ross, S. A., & Silver, N. C. (2006). Brief Report: An Examination of the Relationships between Parental Monitoring, Self-Esteem and Delinquency among Mexican American Male Adolescents. *Journal of Adolescence*, 29(3), 459-464.
- Carvalho, M. C. N. & Gomide, P. I. C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos Psicológicos (Campinas)*, 22 (3), 263-275.
- Childs, K.; Sullivan, C. & Gullledge, L. (2011). Delinquent Behavior Across Adolescence: Investigating the Shifting Salience of Key Criminological Predictors. *Deviant Behavior*, 32(1), 64-100 (37).
- Christiansen, K., & Knusmann, R. (1987). Androgen levels and components of aggressive behavior in men. *Hormones and behavior*, 21, 170-180.
- Day, N. L.; Leech, S. L. & Goldschmidt, L. (2011). The effects of parental marijuana exposure on delinquent behaviors are mediated of neurocognitive functioning. *Neurotoxicology and Teratology*, 33 (1), 129-136.
- Davies, P. T. et al. (1999). Adult conflict history and children's subsequent responses to conflict: An experimental test. *Journal of Family Psychology*, 13 (4), 610-628.

Dell'Aglio, D.D., Santos, S.S., & Borges, J.L. (2004). Infração juvenil feminina: Uma trajetória de abandonos. *Interação em Psicologia*, 8(2), 191-198.

Elbert, C. A. (2003). *Manual Básico de Criminologia*. Tradução de Ney Fayet Jr. Porto Alegre, Ricardo Lenz, p. 54.

Feijó, M. C. & Assis, S. G. (2004). O contexto e de exclusão social e de vulnerabilidade de jovens infratores e suas famílias. *Estud. psicol. (Natal)*; 9(1): 157-166.

Galo, A. E. & Willians, L.C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Revista Psicologia, Teoria e Prática*, 7(1), 81-96.

Gold, J.; Sullivan, M. & Lewis, M. (2011). The relation between abuse and violent delinquency: The conversion of shame to blame in juvenile offenders. *Child Abuse & Neglect*, 35 (7), 459-467.

Huesmann LR. (1986). Psychological processes promoting the relation between exposure to media violence and aggressive behavior by the viewer. *J Soc Issues*, 42(3), 125-39.

Kierkus, C. A.; Hewitt, J. D. (2005). The contextual nature of the family structure/delinquency relationship. 57th Annual Meeting of the American-Society-of-Criminology, Toronto. *Journal of Criminal Justice*, 37 (2), 123-132.

Krischer, M. K. & Sevecke, K. (2008). Early traumatization and psychopathy in female and male juvenile offenders. Original Research Article. *International Journal of Law and Psychiatry*, 31(3), 253-262.

Lima, I. M. S. O. ; Alcântara, M. A. R.; Almeida, K, V. D & Alves, V. S. (2009). Experiências de violência intrafamiliar entre adolescentes em conflito com a lei. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum*; 16(2), 16-24.

Mack, K. Y.; Leiber, M. J.; Featherstone, R. A. & Maria A. Monserud, M. A. (2007). Reassessing the family-delinquency association: Do family type, family processes, and economic factors make a difference? *Journal of Criminal Justice*, 35 (1), 51-67.

Minuchin, S. (1982). *Famílias funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Minuchin, S. & Fishman, H.C. (1990). *Técnicas de terapia familiar* (Kinsch, C. & Maia, M.E.F.R. trads.). Porto Alegre: Artes Médicas.

- Nijhof, K. S., de Kemp, R. A. T. & Engels, R. C. M. E. (2009). Frequency and seriousness of parental offending and their impact on juvenile offending. *Journal of Adolescence*, 32 (4), 893-908.
- Oliveira, M. B.; Assis, S. G. (1999). Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”: a perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública*, 15(4), 831-844.
- Ozen S, Ece A, Oto R, Tirasci Y, Goren S. (2005). Juvenile delinquency in a developing country: a province example in Turkey. *Int J Law Psychiatry*, 28(4), 430-41.
- Pacheco, J.T.B & Hutz, C.S. (2009). Variáveis familiares predictoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 213-21.
- Rodway, C., Norrington-Moore, V.; While, D.; Hunt, I. M.; Flynn, S.; Swinson, N.; Roscoe, A.; Appleby, L. & Shaw, J. (2011). A population-based study of juvenile perpetrators of homicide in England and Wales. *Journal of Adolescence*, 34 (1), 19-28
- Ruffolo, M., Grogan-Kaylor, A. Ortega, R. M., & Clarke, J. (2008). Behaviors of youth involved in the child welfare system. *Child Abuse and Neglect*, 32(1), 35-49.
- Stochero, T. (2011). Número de menores internados por crimes cresce 4,5% no Brasil. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/numero-de-menores-internados-por-crime-cresce-45-no-brasil.html>. Acessado em 6 de abril de 2012.
- Tia, S., Merry, M. & Suyeon, P. (2011). Late-Adolescent Delinquency: Risks and Resilience for Girls Differing in Risk at the Start of Adolescence. *Youth e Society*, 43 (4), 1433-1458 .
- Webster-Stratton, C. (1998). Early intervention for families of preschool children with conduct problems. Em M.J. Guralnick (Org.). *The effectiveness of early intervention*, 429-455.
- Wong, S. K. (2011). Youth crime and family disruption in Canadian municipalities: An adaptation of Shaw and McKay’s social disorganization theory. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 40 (2), 100-114.

Relações familiares, processos de identificação e bem-estar em adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa com restrição de liberdade.

Family relationships, identifying processes and well-being of adolescents under socio-constrained freedom.

Angélica Maria Ferreira de Melo Silva - Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Maycoln L. M. Teodoro – Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais.

Resumo

Conhecer e compreender os fatores de risco relacionados a situações de conflito com a lei na adolescência torna-se imprescindível, à medida que viabiliza a fomentação projetos de intervenção e prevenção que auxiliem na diminuição de comportamentos de transgressões. Neste sentido, a presente investigação pretende compreender e analisar as relações familiares, os processos de identificação e o bem-estar subjetivo em crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei. Para tanto, a casuística constituiu-se a partir de dois grupos: trinta adolescentes em conflito com a lei em medida socioeducativa de internação e trinta adolescentes sem conflito com a lei, com idades variando entre 12 a 17 anos e de ambos os sexos. Foram utilizados um questionário sociodemográfico; o familiograma; o teste de identificação familiar, escala de afeto positivo e negativo; e a escala de satisfação de vida. A aplicação ocorreu de forma individual, com duração média de 40 minutos. As análises apontam para baixos níveis de bem-estar subjetivo por partes dos adolescentes em conflito com a lei. O fenômeno de idealizar a família durante o processo do cumprimento da medida socioeducativa esteve fortemente presente nos dados relacionados às relações familiares e ao processo de identificação familiar. Um modelo explicativo foi formulado e explicou 44% da variância do bem-estar subjetivo ao isolar como variáveis independentes a autocongruência e afetividade mãe-filho.

Palavras chaves: relações familiares; bem estar; adolescentes em conflito com a lei.

Abstract

Know and understand the risk factors related to conflict with the law in adolescence becomes essential, as it enables the fomentation of prevention and intervention projects which assist in the reduction of transgressions behaviors. In this sense, this research aims to understand and analyze the family relationships, the processes of identification and subjective well-being of children and adolescents in conflict with the law. For this purpose, the sample was composed of two groups: thirty adolescents in conflict with the law in socio-constrained freedom measures and thirty adolescents without conflict with the law, with ages ranging from 12 to 17 years and from both sexes. It was used a sociodemographic questionnaire, the familiogram, the family identification test, the scale of positive and negative affect, and the scale of life satisfaction. The questionnaire was applied individually, with an average of 40 minutes. The analyzes indicate low

levels of subjective well-being in adolescents in conflict with the law. The phenomenon of idealization of the family during the process of the socioeducational measure was strongly present in the data related to family relationships and the family identification process. An explanatory model was formulated and explained 44% of the variance of subjective well-being when isolated with independent variables the self congruence and affection mother child.

Keywords: family relationships; well being; adolescents in conflict with the law.

Introdução

Os atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes vêm sendo amplamente divulgados pelos meios de comunicação e debatidos no meio acadêmico. O interesse de diversos setores da sociedade é justificado pelo levantamento realizado pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos (SNDH), o qual revela que o número de adolescentes infratores que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade em todo o país cresceu 317% no período de 1996 a 2010 sendo que, entre os anos 2009 e 2010, houve um aumento de 4,5% neste número (SNDH, 2011 apud Stochero, 2011).

Frente a este crescente fenômeno, conhecer e compreender os fatores de risco que influenciam crianças e adolescentes a realizarem comportamentos que podem ocasionar em situações de conflito com a lei, torna-se urgente e necessário, ao fomentar conhecimentos que tornem possíveis e viáveis projetos de intervenção que auxiliem na prevenção e diminuição de comportamentos de transgressões à lei.

Galo e Willians (2005) explicitam a existência dos diversos fatores de risco tais como: dificuldades de aprendizagem e baixo rendimento escolar, problemas na família, problemas no âmbito social, consumo de drogas e baixo poder econômico. Este estudo busca aprofundar o conhecimento sobre a percepção da família por adolescentes cumprindo medida socioeducativa, visto que este é o ambiente de socialização primária do homem.

Relações familiares e Processos de Identificação Familiar

A família pode ser definida de forma simples e objetiva como um grupo, de duas ou mais pessoas, ligado pela consanguinidade, pelo casamento, adoção e parceria íntima, em que os seus membros, que a constituem, cooperam economicamente, têm a identidade intimamente ligada, bem como estabelecem relações de cuidados entre si, podendo ou não residir no mesmo ambiente (ex: pais e filhos). No entanto, pode ser conceituada em seu sentido mais abrangente, como constituída por uma rede de conexões entre pessoas de uma mesma comunidade que interagem de forma histórica, geográfica e social (Bonomi, Boudreau, Finishman, Meenam & Revichi, 2005).

No cotidiano deste grupo familiar, serão desenvolvidas algumas formas de interações entre seus membros por meio do tempo. Interações estas que, ao serem reconhecidas e repetidas, vêm caracterizar os padrões de interações familiares. O

conjunto de padrões dessas interações constitui as relações familiares. Esse tem como principal função gerenciar o funcionamento familiar por meio conjunto de comportamentos esperados, com a função de facilitar as relações entre os seus membros. Neste sentido, destacam-se duas funções da família: a proteção psicossocial e a adaptação e transmissão da cultura. (Minuchin & Fischman, 1990).

Segundo a teoria relacional sistêmica, a família assim como o contexto social encontra-se em constante transformação por ser compreendida como um sistema sociocultural aberto, o qual passa por estágios do desenvolvimento que demandam constante reestruturação com alterações de papéis, aumento ou diminuição no grupo familiar (Minuchin, 1982). Como exemplo de um estágio do desenvolvimento e sua reestruturação apresenta-se a situação de nascimento do primeiro filho de um casal. Nesta situação, o subsistema conjugal, que até então era constituído pelo casal, precisa entrar em desequilíbrio para que ocorra um novo rearranjo da estrutura familiar e assim a formação de um novo subsistema parental, o pai-mãe-filho.

De acordo com Minuchin (1990), os estágios de desenvolvimento da família são comuns, no entanto destaca a entrada dos filhos na adolescência como um rearranjo familiar que apresenta maiores dificuldades na sua reestruturação, por ocorrer, neste período, um distanciamento natural entre filho e os pais. Pois, nesta fase, o adolescente se encontra em processo de construção de identidade e independência. Portanto, naturalmente, sentirá necessidade de constituir subsistemas com outras pessoas. Porém, esta gradativa separação não deve se tornar um distanciamento emocional à medida que conflitos nas relações familiares podem provocar prejuízos ao desenvolvimento da criança e do adolescente.

Desordens nas relações familiares podem evocar em crianças e adolescentes desajustamentos em seu desenvolvimento e assim, conseqüentemente, problemas em seu comportamento. Como, por exemplo, existem evidências de que crianças com sintomatologia depressiva geralmente possuem famílias com estruturas parentais não preservadas (padrasto/madrastas), relacionamento regular/ruim com pais e irmãos, ausência/pouca supervisão familiar, fraco apoio emocional e baixa interação social positiva. Bem como tendem a apresentar baixa autoestima, insegurança ou ausência de atitude e assim, conseqüentemente, baixa na autodeterminação, falta de confiança em si, como também ausência da expressão de suas resiliência, sintomas estes que constituem o quadro depressivo (Avanci, Assis & Oliveira, 2008).

Outro fator que contribui para a constituição do comportamento social das pessoas é o processo de identificação familiar (Adams & Marshak, 1996; Teodoro, 2000). A identificação se constitui a partir da crença de que ela própria possui alguns atributos da outra pessoa classificada como modelo, caracterizando assim uma aprendizagem social necessária ao estabelecimento das relações pessoais e desenvolvimento humano, pois possui a incorporação do pensamento e, conseqüentemente, dos comportamentos.

O processo de identificação pode ser descrito a partir de quatro processos. No primeiro uma pessoa (p1) apresenta a crença de que outra pessoa (p2) possui atributos pessoais compartilhados consigo. Em seguida, p1 acredita que vivencia sentimentos em congruência com as experiências que p2 está vivenciando. No terceiro passo p1 apresenta motivação à aquisição de atributos desejáveis de p2. Para que, em seguida, finalmente p1 sinta a necessidade de aumentar a sua similaridade com a pessoa p2. (Kagan, 1977).

Acrescenta-se que os processos de identificação são importantes para a constituição da identidade dos seus membros, bem como para o comportamento e experiência subjetiva do sujeito (Adams & Marshal, 1996). Assim, será possível que alterações nos padrões de identificação com os pais possam ocorrer em famílias com distúrbios psicológicos, estruturais, etc. Ou seja, é possível que o processo de identificação não ocorra de forma a ser esperada naturalmente no âmbito familiar devido à existência de fatores que impossibilitam o processo natural de identificação. As conseqüências deste fenômeno podem apresentar bastante impacto às relações familiares, assim como para o desenvolvimento social de seus membros (Käppler, 1998).

Os fatores que implicam o processo de identificação familiar são inúmeros e vão desde problemas psicológicos à alteração na estrutura familiar e a fatores socioeconômicos. Em uma pesquisa que buscou compreender como crianças e pré-adolescentes vivenciam a separação e novas uniões parentais, pode-se observar que as crianças de oito e nove anos de idade apresentaram conflitos no processo identificatório em detrimento da nova reorganização estrutural da família, pois, foram necessárias reconfigurações de papéis entre os membros desta família, caracterizando assim uma fase de confusão emocional principalmente para as crianças que se encontram em processo de desenvolvimento (Ramires, 2004).

Embora existam muitos fatores que possam intervir na realização destes processos de identificação familiar, pouco se sabe sobre eles, pelo fato de serem escassas as publicações de pesquisas científicas realizadas nesta área. Assim, torna-se fundamental a realização de pesquisas científicas que desenvolvam os modelos existentes e produzam dados sobre a população que influenciam positivamente e negativamente os processos de identificação familiares, como também as suas consequências para suas habilidades sociais, desenvolvimento social e assim, por conseguinte, para a sociedade.

Neste sentido, pode-se afirmar que as relações familiares e os processos de identificação familiar encontram-se associados e desempenham um papel importante para o funcionamento emocional de seus constituintes. Logo, torna-se importante estudar e conhecer a relação existente entre as relações familiares, processos de identificação familiar e o bem-estar subjetivo.

O bem-estar subjetivo e satisfação de vida

O bem-estar subjetivo (BES) é composto por três fatores: o afeto positivo, o afeto negativo e a satisfação de vida. Pode ser medido através dos níveis apresentados destas três dimensões por um longo do tempo, assim apresenta níveis significativos de coerência intersituacional e estabilidade temporal. O afeto seria as expressões faciais, componentes cognitivos, fisiológicos, motivacionais e comportamentais, ou seja, são respostas afetivas (Diener, 1994). Enquanto que a satisfação de vida seria algo que explica como e por que as pessoas experienciam sua vida positivamente, ou seja, é uma resposta avaliativa cognitiva a respeito de sua própria existência (Giacomoni & Hutz, 2004).

O bem-estar subjetivo concerne mais precisamente nas avaliações emocionais e cognitivas que as pessoas fazem acerca de suas vidas, incluindo o que usualmente se chama de felicidade, paz, realização e satisfação de vida. As disposições de personalidade, como extroversão, neuroticismo e autoestima podem influenciar sensivelmente os níveis de bem-estar. Apesar da personalidade poder explicar uma parte significativa da variabilidade no bem-estar, circunstâncias de vida também influenciam os níveis de longo prazo. Variáveis culturais explicam as diferenças nos níveis médios de bem-estar; e isto parece ser devido a fatores relacionados como, por exemplo, a riqueza (Diener, Oishi & Lucas, 2002).

Embora seja um desafio avaliar o bem-estar em todas as sociedades devido às inúmeras variáveis associadas à condição cultural, as medidas têm algum grau de validade intercultural. Em um estudo transcultural, pesquisadores examinaram a interação entre personalidade e fatores culturais na predição afetiva (preponderância do afeto positivo sobre o negativo) e cognitiva (satisfação com a vida), por meio dos componentes do bem-estar subjetivo (BES). Participaram desta pesquisa cinco grupos com nacionalidades diferentes, sendo dois destes grupos caracterizados por cultura individualistas, Estados Unidos e Alemanha, e três grupos com culturas coletivistas, Japão, México, Gana. Nesta pesquisa, os resultados sugeriram que a influência da personalidade sobre o componente emocional do BES é a mesma em todas as culturas estudadas, ao passo que a influência da personalidade sobre o componente cognitivo do BES é moderada pela cultura (Schimmack, Oishi, Radhakrishnan & Dzokoto, 2002).

Assim, conclui-se que, apesar de existirem muitas questões em aberto no tocante à avaliação do nível de bem-estar em diferentes nacionalidades, sabe-se que existem relações entre as variáveis que não estão necessariamente relacionadas à condição cultural. Como demonstra uma pesquisa realizada em grupos de acadêmicos de diferentes nacionalidades que estudavam em uma faculdade nos EUA, pode-se constatar que a percepção que os alunos têm sobre as expectativas que seus pais possuem sobre o seu desempenho acadêmico, apresentam em papel de destaque no bem-estar de seus filhos, sejam eles asiáticos ou europeus (Oishi & Sullivan, 2005). Ou seja, o fator concernente às relações familiares e como a família percebe seus membros apresentaram-se como elementos mais influentes ao bem-estar do que as diferenças culturais.

De fato, em 1969 Bradburn demonstrou que as relações sociais é um dos principais fatores que se relacionam às emoções positivas. Isto significa que, quanto maior for o suporte social (ex: amigos próximos e família) as pessoas apresentarão melhores índices de atividades autônomas, bem como níveis basais de estresse e um bom funcionamento cognitivo e emocional (Uchino, Cacioppo, & Kiecolt-Glaser, 1996). Neste sentido, torna-se nítida a importância do estabelecimento de relacionamentos íntimos positivos para o bem-estar e um bom funcionamento cognitivo do homem.

Neste contexto, um estudo realizado por Wagner, Ribeiro, Arteche & Bornholdt, (1999) objetivou investigar em que medida a configuração familiar contribui para o bem-estar dos adolescentes. Para tudo, a amostra utilizada foi dividida por dois grupos:

um constituído por famílias originais (sem óbitos ou separações na estrutura da família nuclear) e outro por famílias reconstituídas (com mudança em sua estrutura nuclear). Como resultado, constatou-se que 81% dos adolescentes da amostra apresentaram um nível de bem-estar geral compreendido entre bom a muito bom, sem apresentar diferença significativa entre adolescentes de famílias originais e reconstituídas. Dado este que revela a importância do relacionamento familiar ao bem estar dos seus constituintes em detrimento da configuração.

Assim, conclui-se que o bem-estar subjetivo está diretamente relacionado às experiências vivenciadas no âmbito familiar como foi posto anteriormente. Entretanto, apesar de conhecer esta relação, poucos estudos que exploram o bem-estar subjetivo em crianças e adolescentes vêm sendo realizados. Ficando assim muitos questionamentos sem respostas, tais como: quando as relações familiares são positivas ao desenvolvimento humano? Quais relações de apoio podem servir de suporte para crianças que não possuem a família nuclear? Como as crianças, que se encontram em instituições de cumprimento de medida socioeducativa, estabelecem essas relações de suporte? Neste sentido, este estudo tem como eixo norteador compreender e analisar as relações familiares, os processos de identificação e o bem-estar em crianças e adolescentes em situação de conflito com a lei.

Método

Participantes

Participaram desta pesquisa 60 adolescentes com idade variando de 13 a 17 anos (média =15,05; DP = 1,08 anos). O grupo 1 foi constituído por menores em conflito com a lei, formado por 30 adolescentes sendo 15 do sexo masculino e 15 do sexo feminino (50%) com idade variando de 13 a 17 anos (média=15,03; DP=1,10). O grupo 2, caracterizado como grupo de comparação, foi constituído por 30 adolescentes sem conflito com a lei, sendo 15 do sexo masculino e 15 do sexo feminino (50%) com idade variando de 13 a 17 anos (média=15,07; DP=1,10).

Para a formação do grupo 2, levou-se em conta o número de meninos e meninas pertencentes ao grupo 1. A diferença das médias etárias de cada grupo foi comparada pelo teste t para amostras independentes, não sendo encontrada nenhuma diferença

significativa ($T=0,12$, $GL=58$, ns). As características da amostra deste estudo estão descritas na Tabela 2.

Tabela 1 – Frequência e porcentagem dos dados sociodemográficos da amostra.

	Grupos	
	Grupo 1	Grupo 2
Idade		
13 anos	3 (10,0%)	3 (10,0%)
14 anos	6 (20,0%)	5 (16,7%)
15 anos	10 (33,3%)	11 (36,7%)
16 anos	9 (30,0%)	9 (30,0%)
17 anos	2 (06,7%)	2 (06,7%)
Escolaridade		
5° ano do Ens. Fundamental	1 (03,3%)	0 (0%)
6° ano do Ens. Fundamental	6 (20,0%)	3 (10,0%)
7° ano do Ens. Fundamental	10 (33,3%)	5 (17,7%)
8° ano do Ens. Fundamental	2 (06,7%)	2 (20,0%)
9° ano do Ens. Fundamental	6 (20,0%)	12 (40,0%)
1° ano do Ens. Médio	4 (13,3%)	2 (06,7%)
2° ano do Ens. Médio	1(03,3%)	2 (06,7%)
Tipo de crime		
Roubo	12 (40%)	0 (0%)
Tráfico de drogas	6 (20%)	0 (0%)
Falsificação de documento	9 (30%)	0 (0%)
Homicídio	9 (30%)	0 (0%)
Porte ilegal de arma	1 (3,3%)	0 (0%)
Porte de arma e roubo	1 (3,3%)	0 (0%)
Pais divorciados		
	15 (50%)	21 (70%)
Pais falecidos		
	8 (26,7)	2 (6,7%)
Residiu		
Pai + mãe	12 (40%)	10 (30%)
Outros	18 (60%)	20 (70%)
Atualmente reside		
Pai + mãe	6 (20%)	8 (26,7%)
Outros	24 (80%)	22 (73,3%)
Familiar em conflito com a lei		
	20 (66,7%)	5 (16,7%)

Acrescenta-se ainda que para realizar a divisão entre os dois grupos seguiram-se os seguintes critérios de inclusão: *Grupo 1* - ter idade entre 12 e 17 anos de idade (esta faixa etária refere-se à idade dos adolescentes que frequentam instituições para menores infratores; e frequentar instituições para menores em conflito com a lei). *Grupo 2* - ter idade entre 12 e 17 anos de idade; e morar com a família. Como critérios de exclusão para o *Grupo 2*- não frequentar e não ter frequentado instituições para menores em conflito com a lei. Assim, depois de atendidos os critérios descritos a coleta pode ser iniciada com os participantes.

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico

Com objetivo de melhor conhecer as características dos participantes e assim tornar mais concisos os resultados deste estudo, os adolescente responderam a um questionário socioeconômico com questões pessoais (sexo, idade, escolaridade), questões econômicas (nível socioeconômico), questões familiares (configurações familiares), bem como questões que abarquem a classificação do conflito com a lei que eles vivenciam. Tal instrumento pode ser visualizado no Anexo A.

Familiograma

O Familiograma é um instrumento de mensuração que busca avaliar a percepção da afetividade e do conflito familiar nas díades familiares (ex: pai-mãe, filho-pai, filho-mãe etc.) (Teodoro, 2006, 2009). A afetividade é descrita como as emoções positivas existentes em um relacionamento interpessoal, ao passo que o conflito é um conjunto de sentimentos negativos que podem evocar sentimentos de agressividade e estresse no âmbito familiar. Em estudo psicométrico realizado por Teodoro (2006), demonstrou uma estrutura bifatorial e Alfas de Cronbach variando de 0,87 atpe 0,97, o que é considerado um índice bom por revelar uma confiabilidade satisfatória da consistência interna do teste. Tal instrumento pode ser visualizado no Anexo B.

Neste estudo, foram analisadas as díades Pai-Mãe, Filho-Pai, Filho-Mãe, de acordo com a perspectiva do filho, que compôs a amostra do presente estudo. Assim, por meio deste instrumento foi possível o acesso às informações sobre como o relacionamento entre os componentes da díade em questão se caracterizam.

Inicialmente os participantes nomeiam cada membro de sua família, em seguida as informações são obtidas por meio uma escala Likert que varia de um a cinco, cada item possui uma lista de adjetivos que caracteriza os aspectos a serem avaliados entre cada díade. Para o construto afetividade, são usados os adjetivos: carinhoso, alegre, agradável, verdadeiro, afetivo, protetor, amoroso, acolhedor, harmonioso, atencioso, precioso. Enquanto que o conflito é avaliado por meio dos seguintes adjetivos: confuso, nervoso, estressante, baixo-astrol, ruim, sufocante, tenso, frio, difícil, agressivo, chato. A pontuação total do Familiograma varia de 11 a 55 para cada construto, sendo que quanto maior for o escore, maior será a percepção de afetividade e conflito.

Teste de Identificação Familiar (FIT)

O Teste de Identificação Familiar (FIT) foi desenvolvido por Remschmidt e Mattejat (1999) com adaptação para o português descrita em Teodoro (2000), onde demonstrou sua aplicabilidade para o contexto brasileiro e em estudo posterior sua capacidade de explicar parte da variância da qualidade de vida em crianças (Teodoro, 2006). Tal instrumento pode ser visualizado no Anexo C. O objetivo do FIT é pesquisar as relações de identificação na família. Na realização do teste, solicita-se que o participante nomeie a sua família para em seguida apresentar ao avaliando 12 cartões nos quais apresentam escritos 12 atributos de personalidade, tais como: seguro de si, independente, medroso, “de lua”, nervoso, satisfeito, tranquilo, animado, comunicativo, compreensivo, atencioso e simpático, adjetivos os quais avaliam os constituintes da família. A escala Likert contém cinco pontos, que vão de “De jeito nenhum” a “Completamente”. Os atributos de personalidade com que ele trabalha foram escolhidos em função das dimensões mais comumente aceitas para caracterizar a personalidade, tais como: extroversão/introversão ou estabilidade/labilidade emocional (Eysenck, 1970).

Os participantes descrevem a si mesmos (Self-Real), como eles gostariam de ser (Self-Ideal), e como os membros da família são (Outro). A correlação entre as descrições do Self-Real e Ideal oferecem uma medida de congruência, enquanto que as associações do Self-Real com a descrição dos Outros resultam em uma medida de identificação real do outro (eu me acho parecido com o meu pai, mãe). Finalmente, uma correlação entre o Self-Ideal e a descrição do Outro oferece uma medida de identificação ideal com o outro (eu gostaria de ser parecido com o meu pai, mãe). Faz-

se importante destacar que os familiares considerados como o “Outro”, neste estudo, serão os mesmos membros descritos na aplicação do Familiograma (eu, pai e a mãe).

Escala de Afeto Positivo e Negativo

Visando mensurar o bem estar subjetivo por meio do afeto positivo e negativo, Giacomoni e Hutz (2000) desenvolveram a Escala de Afeto Positivo e Negativo. O coeficiente de alpha de cronbach obtidos por Giacomoni e Hutz (2006) para a subescala de Afeto Positivo foi de 0,88 e de 0,84 para a de Afeto Negativo, sendo tais índices considerados satisfatórios. Esta escala é composta por 38 itens, com 19 em cada subescala. Os itens são constituídos por adjetivos que remetem a noções positivas ou negativas sobre a felicidade. Estes adjetivos foram extraídos de estudos pilotos, literatura infantil, bem como outros instrumentos de mensuração de afeto. Exemplos destes adjetivos são: alegre, amoroso, ansioso, amedrontado, calmo, carinhoso, contente, emocionado, dentre outros.

O instrumento deve ser respondido por meio de uma escala do tipo Likert de cinco pontos (nem um pouco a muitíssimo). Nela as crianças são requisitadas a lerem os adjetivos e responderem como se sentiram ultimamente em relação a estas classificações. Em seguida os pontos são contabilizados, proporcionando informações sobre qual afeto a criança está vivenciando com maior intensidade e assim classifica-se o seu bem-estar. Tal instrumento pode ser visualizado no Anexo D.

Escala Multidimensional de Satisfação de Vida

Visando mensurar a satisfação de vida de crianças a adolescentes, Giacomoni e Hutz (2000) desenvolveram a Escala Multidimensional de Satisfação de Vida. Esta escala é composta por 50 itens, distribuídos em 6 fatores: self; self comparado; não violência; família; amizade e escola, apresentando em seu estudo psicométrico um alpha de cronbrach de 0,83, destacando assim níveis satisfatórios de consistência interna. O instrumento deve ser respondido por meio de uma escala do tipo Likert de cinco pontos (nem um pouco a muitíssimo). Nela, as crianças são requisitadas a lerem frases e responderem como se sentiram ultimamente em relação às afirmações acerca da sua vida contidas nas mesmas. Em seguida, os pontos são contabilizados, proporcionando informações sobre a satisfação global de satisfação de vida, bem como sobre os fatores que a compõem. Tal instrumento pode ser visualizado no Anexo E.

Procedimentos de Pesquisa

Por parte da amostra dos participantes deste estudo apresentar particularidades, ou seja, ser constituída por crianças e adolescentes em conflito com a lei, a coleta de dados foi sistematizada em dois momentos. No primeiro momento, a pesquisadora realizou duas visitas à instituição: na primeira, foi realizado o reconhecimento da instituição; já na segunda, realizou-se a apresentação da pesquisadora e os possíveis participantes da pesquisa com o intuito de estabelecer *rapport* entre os mesmos. Bem como, foi prestado esclarecimento para os menores institucionalizados sobre a pesquisa a ser realizada, explanando assim o objetivo da pesquisa, o sigilo das informações prestadas e a importância da participação dos mesmos. No final desse encontro, os termos de consentimento de participação da pesquisa foram entregues àqueles adolescentes que deram seu nome e assim demonstraram o interesse e disponibilização em participar da pesquisa.

No segundo momento da coleta, houve a coleta de dados propriamente dita. Nesta fase, foram aplicados individualmente os quatro instrumentos descritos no item “instrumentos” desta sessão, com ordem de aplicação iniciada pelo questionário, seguida pela Escala de Bem-estar Subjetivo, Escala Multidimensional de Satisfação de Vida, Familiograma e o FIT. Faz-se importante destacar, que por ser regra da instituição FUNASE, a pesquisadora não poderia ficar de portas fechadas com os adolescentes na sala disponibilizada pela instituição, como também deveria ter um agente social sempre à porta da sala disponível para qualquer eventualidade.

Os dados obtidos no questionário foram coletados diretamente com os sujeitos da pesquisa e indiretamente por meio de informações contidas em seu registro na instituição, ou mesmo informações esclarecedoras prestadas pelos profissionais da equipe interdisciplinar da instituição. Como por exemplo, a coleta das informações acerca do ato infracional foi coletada indiretamente ao sujeito por meio do acesso ao mapa jurídico da instituição segundo esclarecimentos da advogada.

Quanto à coleta realizada com o segundo grupo, adolescentes sem conflito com a lei, acrescenta-se que a mesma também foi dividida em dois momentos como descrito no parágrafo acima. Entretanto, no momento inicial, apenas uma visita foi realizada objetivando o reconhecimento da instituição (Escola Municipal do Recife) e esclarecimento da pesquisa.

Descrição das Instituições

Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE

A FUNASE é constituída por várias unidades de internação no estado de Pernambuco, no entanto as instituições pesquisadas na Região Metropolitana do Recife foram duas: Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) destinada ao sexo masculino e Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) destinada ao sexo feminino.

Escola Municipal do Recife

Trata-se de uma escola municipal destinada à educação formal dos seguintes anos escolares: 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º anos do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. Tal escola localiza-se no bairro da Imbiribeira da cidade do Recife. Apresentava horário de funcionamento nos turnos manhã, tarde e noite.

Considerações Éticas

A presente pesquisa foi submetida e aprovada à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Minas Gerais, sob o protocolo do CAAE 0655.0.203.000-11. Seguindo assim, todas as normas padronizadas pelo Conselho Nacional de Saúde segundo a Resolução 196/96. Portanto, garantiu o respeito ao anonimato dos participantes. Acrescenta-se que os representantes dos menores assistidos pelas instituições para menores em conflito com a lei, como também os adolescentes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, caracterizando a natureza voluntária da participação. Estes instrumentos podem ser visualizados nos Anexos F, G e H.

Análise dos Dados

A análise dos dados foi dividida em dois momentos. No primeiro, os dados contidos nos questionários, bem como os resultados dos testes foram tabulados e computados com o auxílio do programa Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). No segundo momento, as análises estatísticas procedentes foram realizadas. Entre elas foram realizadas análises descritivas e inferenciais (teste-t e correlação) para atender aos objetivos propostos para esta pesquisa. As análises, que envolveram comparações entre escores de correlação, foram previamente transformadas em escores Z-Fisher.

Resultados

Para melhor sistematização dos resultados, esta sessão será dividida em duas partes: a primeira referente aos dados obtidos no tocante à família e às relações familiares, enquanto que a segunda refere-se ao bem estar e satisfação de vida dos adolescentes que participaram deste estudo. Acrescenta-se que os dados descritos abaixo serão descrito de acordo com a análise resultante do teste-t. Tal escolha é justificada pelo fato dos dados terem apresentado distribuição normal depois de submetidos ao teste de Kolmogorov-Smirnov, possibilitando assim a escolha do teste-t ao invés dos testes paramétricos.

Relações Familiares

Teste de Identificação Familiar

As comparações relativas aos escores do teste de identificação familiar foram feitas por meio do teste t para amostras independentes e separadas para os grupos masculino e feminino. Os resultados estão descritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Média e Desvio-Padrão dos Escores Z-Fisher do Teste de Identificação Familiar (FIT).

	Grupos		T/sig
	Grupo 1	Grupo 2	
Feminino			
Z-Fisher Real-Ideal (congruencia)	0,72 (0,46)	0,64(0,62)	0,38 ns
Z-Fisher Real-Mãe (identificação real com a mãe)	0,77 (0,44)	0,26 (0,57)	2,77**
Z-Fisher Ideal-Mãe (Identificação ideal com a mãe)	0,97 (0,61)	0,59 (0,67)	1,58 ns
Z-Fisher Real-Pai (identificação real com o pai)	0,77 (0,51)	0,20 (0,42)	3,99****
Z-Fisher Ideal-Pai (identificação ideal	1,05 (0,48)	0,39 (0,67)	2,54 *

com o pai)			
Z-Fisher Mãe-Pai (semelhança mãe e pai)	1,01 (0,64)	0,52 (0,49)	2,13 *
Z-Fisher Real-Mãe- Ideal (real e mãe ideal)	0,66 (0,40)	0,44(0,49)	1,30 ns
Z-Fisher Ideal-Mãe- Ideal (ideal e mãe ideal)	0,96 (0,61)	0,59 (0,67)	1,58 ns
Z-Fisher Real-Pai- Ideal (real e pai ideal)	0,67 (0,29)	0,50 (0,46)	1,05 ns
Z-Fisher Ideal-Pai- ideal (ideal e pai ideal)	1,27 (0,57)	1,52 (1,00)	0,77 ns
<hr/>			
Masculino			
Z-Fisher Real-Ideal (congruência)	0,62 (0,45)	0,94(0,67)	1,53 ns
Z-Fisher Real-Mãe (identificação real com a mãe)	0,56 (0,55)	0,55 (0,65)	0,08 ns
Z-Fisher Ideal-Mãe (Identificação ideal com a mãe)	0,81 (0,83)	1,12 (0,80)	1,05 ns
Z-Fisher Real-Pai (identificação real com o pai)	0,70 (0,94)	0,72 (0,59)	0,08 ns
Z-Fisher Ideal-Pai (identificação ideal com o pai)	0,90 (0,88)	0,86 (0,85)	0,12 ns
Z-Fisher Mãe-Pai (semelhança mãe e pai)	0,84 (0,89)	0,82 (0,78)	0,05 ns
Z-Fisher Real-Mãe- Ideal (real e mãe ideal)	0,61 (0,65)	0,66 (0,75)	0,20 ns
Z-Fisher Ideal-Mãe- Ideal (ideal e mãe ideal)	0,81 (0,83)	1,12 (0,80)	1,05 ns
Z-Fisher Real-Pai- Ideal (real e pai ideal)	0,67 (0,64)	0,79 (0,72)	0,47 ns
Z-Fisher Ideal-Pai- ideal (ideal e pai ideal)	1,28 (0,80)	1,31 (1,00)	0,08 ns

Nota: *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001

Como pode ser observado na Tabela 3, foram encontradas quatro diferenças significativas das dez comparações feitas para o sexo feminino. As adolescentes, cumprindo medida socioeducativa, apresentaram escores mais elevados do que o as adolescentes do grupo 2, na identificação real com a mãe ($t= 2,77$, $p<0,01$), na identificação real com o pai ($t= 3,99$, $p< 0,001$), identificação ideal com o pai ($t= 2,54$, $p< 0,05$) e na percepção de semelhança entre pai e mãe ($t= 2,13$, $p<0,05$). Com relação ao sexo masculino, não foi encontrada nenhuma diferença significativa entre os grupos.

Familiograma

As comparações relativas aos escores do Familiograma foram feitas por meio do teste t para amostras independentes e separadas para os grupos masculino e feminino. Os resultados estão descritos na Tabela 4.

Tabela 3 – Média e Desvio-Padrão dos Escores do Familiograma.

	Grupos		T/sig
	Grupo 1	Grupo 2	
Feminino			
Afetividade (filho e mãe)	49,27 (6,45)	41,47 (9,54)	2,62 **
Conflito (filho e mãe)	16,53 (5,34)	21,14 (6,72)	2,05 *
Afetividade (filho e pai)	37,40 (14,66)	38,86 (11,82)	0,27 ns
Conflito (filho e pai)	16,80 (5,69)	22,07 (8,71)	1,67 ns
Afetividade (pai e mãe)	36,70(12,20)	32,36 (8,12)	1,05 ns
Conflito (pai e mãe)	18,00 (5,20)	28,50 (8,55)	3, 73***
Masculino			
Afetividade (filho e mãe)	47,27 (7,08)	45,27 (11,03)	0,59 ns
Conflito (filho e mãe)	19,33 (7,57)	16,13 (8,99)	1,06 ns
Afetividade (filho e pai)	45,00 (5,87)	39,53 (14,19)	1,36 s
Conflito (filho e pai)	17,85 (6,62)	19,73 (11,24)	0,53 ns
Afetividade (pai e mãe)	41,77 (7,52)	33,87 (8,94)	2,51 *

Conflito (pai e mãe)	22,00(8,80)	21,13 (8,35)	0,27 ns
----------------------	-------------	--------------	---------

Como pode ser observado na Tabela 4, foram encontradas três diferenças significativas das seis comparações feitas para o sexo feminino. As adolescentes, cumprindo medida socioeducativa, apresentaram escores mais elevados do que as adolescentes do grupo 2, na afetividade filho-mãe ($t= 2,62$, $p<0,01$). No entanto, apresentaram escores mais baixos no conflito filho-mãe ($t= 2,05$, $p< 0,05$) e conflito pai-mãe ($t= 3,73$, $p<0,001$). Com relação ao sexo masculino, foi encontrada uma diferença significativa das seis comparações feitas para o sexo masculino. Os adolescentes, cumprindo medida socioeducativa, apresentaram escores mais baixos do que as adolescentes do grupo 2, na afetividade pai-mãe ($t= 2,51$, $p<0,05$).

Bem Estar Subjetivo

Escala de Afeto Positivo e Negativo

As comparações relativas aos escores da Escala de Afeto Positivo e Negativo foram feitas por meio do teste t para amostras independentes e separadas para os grupos masculino e feminino. Os resultados estão descritos na Tabela 5.

Tabela 4 – Média e Desvio-Padrão dos Escores da Escala de Afeto Positivo e Negativo.

	Grupos		T/sig
	Grupo 1	Grupo 2	
Feminino			
Afeto positivo	65,60 (8,41)	62,07 (11,52)	0,83 ns
Afeto negativo	49,23 (13,25)	38,07 (12,17)	2,28*
Masculino			
Afeto positivo	69,36 (11,93)	66,40 (13,30)	0,59 ns
Afeto negativo	47,18 (8,68)	36,60 (14,54)	2,31 *

Como pode ser observado na Tabela 5, foi encontrada uma diferença significativa das duas comparações feitas para os sexos feminino e masculino. As adolescentes, cumprindo medida socioeducativa, apresentaram escores mais elevados do que as adolescentes do grupo 2, no afeto negativo ($t= 2,28$, $p<0,05$). Assim como, os

adolescentes, cumprindo medida socioeducativa, também apresentaram escores mais elevados do que os adolescentes do grupo 2, no afeto negativo ($t= 2,31$, $p<0,05$).

Escala Multidimensional de Satisfação de Vida

As comparações relativas aos escores da Escala Multidimensional de Satisfação de Vida foram feitas por meio do teste t para amostras independentes e separadas para os grupos masculino e feminino. Os resultados estão descritos na Tabela 6.

Tabela 5 – Média e Desvio-Padrão dos Escores da Escala Multidimensional de Satisfação de Vida.

	Grupos		T/sig
	Grupo 1	Grupo 2	
Feminino			
Self	37,20 (6,49)	35,47 (8,03)	0,65 ns
Self comparado	27,00 (5,68)	26,73 (7,69)	0,11 ns
Não violência	15,66 (4,01)	16,93 (4,52)	0,81 ns
Família	49,86 (5,27)	39,67 (9,70)	3,58 ***
Amizade	39,49 (6,77)	38,33 (8,27)	0,39 ns
Escola	28,67 (5,30)	27,07 (4,30)	0,91 ns
Satisfação Total	197,80 (17,72)	184,20 (34,40)	1,36 ns
Masculino			
Self	38,00 (7,06)	40,53 (4,75)	1,15 ns
Self comparado	25,80 (5,54)	26,07 (7,55)	0,12 ns
Não violência	16,20 (3,12)	16,33 (2,66)	0,13 ns
Família	51,40 (2,87)	47,47 (7,49)	1,90 ns
Amizade	38,07 (5,84)	40,80 (5,05)	1,31 ns
Escola	30,27 (3,47)	27,73 (5,69)	1,47 ns
Satisfação Total	199,73 (17,55)	198,93 (24,23)	0,10 ns

Como pode ser observado na Tabela 6, foi encontrada uma diferença significativa das sete comparações feitas para o sexo feminino. As adolescentes, cumprindo medida socioeducativa, apresentaram escores mais elevados do que as adolescentes do grupo 2, em satisfação com a família ($t= 3,58$, $p<0,001$). Com relação ao sexo masculino, não foi encontrada nenhuma diferença significativa entre os grupos.

Modelo explicativo

Para compreender o impacto de algumas variáveis sociodemográficas (sexo, grupo de origem), pessoais (autocongruência) e familiares (afetividade, conflito e identificação) no bem-estar subjetivo, foi desenvolvido um modelo de regressão linear múltipla com o método *stepwise*. A variável dependente, bem-estar subjetivo, foi criada a partir da soma dos escores de satisfação de vida total com afeto positivo, subtraindo em seguida pelo afeto negativo. Foram utilizadas, como variáveis independentes, a congruência, criada a partir da correlação do self real com o self ideal, e a afetividade entre mãe e filho. Os resultados estão descritos na Tabela 7

Tabela 6 – Modelo de regressão para o Bem-estar Subjetivo.

Modelo	Beta	t
Constante	--	6,91***
Z-Fisher Real-Ideal (Congruência)	0,55	5,53***
Afetividade filho-mãe	0,34	3,39***

Na Tabela 7 pode ser observado que, de todas as variáveis independentes utilizadas inicialmente, foram retidas duas no modelo final. O modelo foi significativo ($F=22,23$, $P<0,001$) e explicou 44% da variância, sendo que 33% foram explicados pela variável autocongruência ($t=5,53$, $p<0,001$). Além desta, foi retida a variável afetividade mãe-criança ($t=3,39$, $P<0,001$).

Discussão

Como objetivo desse trabalho, buscou-se descrever e analisar alguns dos fatores familiares que podem interferir no bem-estar, satisfação de vida, indetificações familiares e relações familiares dos menores em conflito com a lei, bem como se objetivou observar quais desses fatores podem estar relacionados ao cumprimento de medidas socioeducativa em adolescentes. Como resultados, foram observados que os adolescentes, em medida socioeducativa, apresentam maior índice de afeto negativo e satisfação de vida semelhante ao dos adolescentes sem restrição de liberdade. As

adolescentes, que cumprem medida socioeducativas, possuem identificação real com o pai e com a mãe, além de apresentarem elevados índices de afetividade na díade mãe e filho, bem como um baixo índice de conflito entre mãe e filho e mãe e pai. Quanto às análises explicativas, foi possível gerar um modelo que explica a relação existente entre bem-estar, relação mãe-filho e autocongruência.

Quanto aos resultados gerados pelo FTI, observa-se que as adolescentes possuem identificação real com o pai e com a mãe, ou seja, eu me identifico com o que meu pai e minha mãe são. Neste sentido, também se observou percepção semelhante entre o que minha mãe e meu pai são.

No entanto, não era esperado que as adolescentes apresentassem escores de identificação superior que o grupo não constituído por infratores em relação as suas figuras paternas e maternas. Pois, como afirma Teodoro (2000), as adolescentes, que se sentem mais parecidas com as mães, apresentam uma escala menor de comportamentos antissociais. Assim, esperava-se que as adolescentes apresentassem níveis reduzidos de identificação com a mãe, à medida que os seus atos de transgressões à lei não são considerados comportamentos sociais positivos ou pró-sociais.

No entanto, estes dados revelam a possibilidade de estar ocorrendo um processo de idealização dessa família. Este padrão foi encontrado por Assis e Souza (1999) em seu estudo feito com adolescentes infratores e seus irmãos e primos não infratores, objetivando conhecer os fatores envolvidos na rede causal da infração cometida por adolescentes nas cidades de Recife e do Rio de Janeiro. Este estudo revelou um modelo teórico explicativo da gênese da delinquência juvenil e suas formas de prevenção. Dentre os resultados, foi possível constatar a existência de diferentes percepções da família entre os entrevistados, em que os adolescentes infratores tendem a manter imagens mais idealizadas sobre suas famílias que os irmãos e primos entrevistados. Isto é, quando indagados sobre a sua família, os adolescentes em conflito com a lei responderam aos questionamentos de forma mais positiva e idealizada acerca das relações familiares, pois, quando comparadas as suas percepções com as dos seus irmãos e primos, verificou-se que o adolescente em medida restritiva de liberdade apresenta uma visão aquém do seu cotidiano familiar. Uma das hipóteses explicativa seria a de que os adolescentes focam a família com ponto central na rede de apoio e suporte no processo “reabilitação” e “integração” à sociedade. Outro dado importante foi observar que eles também possuem maiores dificuldades para lidar com perdas familiares.

Em um estudo realizado na cidade de Viçosa, grande parte dos pais ou responsáveis, cerca de 70%, afirmaram que procuraram compreender e dar apoio, orientar e dar conselhos através do uso do diálogo, quando descobriram as situações de conflito com a lei dos adolescentes. Ficando evidente que as maiorias das famílias dos menores infratores pesquisados acreditam terem apresentado uma atitude de apoio e compreensão em relação ao ato infracional cometido. Portanto, a partir desses dados, pode-se sugerir a percepção da família como rede de proteção e apoio social, no entanto, no estudo, os autores destacam apenas a percepção dos pais dos adolescentes, não analisando a efetiva adoção dessa função e prática no cotidiano (Oliveira & Coelho, 2000).

Dito posto, esta hipótese de idealização familiar também é insinuada na presente pesquisa, quando se observa a significância na identificação real com o pai e na identificação ideal com o pai, no grupo das adolescentes em conflito com a lei. Dados estes que demonstram que me identifico significativamente com o real e o ideal do meu pai, pois meu pai real e pai ideal são próximos. Tal como ocorre no processo de idealização em que a visão do meu pai real será a do meu pai ideal.

No entanto, uma pergunta ficará em aberto, pois não foram encontrados relatos que explicassem por que apenas a amostra do sexo feminino apresentou esse processo de identificação e idealização da família? Pois, os adolescentes do sexo masculino não apresentaram essa particularidade. Qual foi a particularidade encontrada por este grupo? De acordo com os dados qualitativos da pesquisa realizada, cogita-se a hipótese da instituição de internação feminina apresentar uma estrutura mais comprometida do que a masculina, como se observou na introdução deste estudo.

Tal hipótese é justificada na medida em que os fatores que implicam o processo de identificação familiar são inúmeros e vão desde problemas psicológicos à mudança na estrutura familiar e fatores socioeconômicos (Ramires, 2004). Assim, a medida restritiva de liberdade também modifica o ambiente e as relações familiares devido ao distanciamento físico entre seus constituintes, podendo ser necessárias reconfigurações de papéis entre os seus membros e assim em suas identificações, pois ela é construída com base na existência física, e como um ponto de condensação dos papéis que o indivíduo ocupa nas duas interações sociais (Costa, 2003).

Quanto às relações familiares, foi possível constatar que na amostra de adolescente do sexo feminino apresentaram elevados índices de afetividade na díade mãe e filho, bem como um baixo índice de conflito entre mãe e filho, e mãe e pai. Fato

este inesperado segundo a teoria vigente, que postula que o funcionamento familiar dos adolescentes em conflito com a lei ocorre de forma conflituosa (Branco e Wagner, 2009; Rodway, Norrington-Moore, While, Hunt, Flynn, Swinson, Roscoe, Appleby & Shaw, 2011). Apenas os adolescentes do sexo masculino afirmaram que a relação entre pai e mãe é conflituosa no âmbito familiar, como adverte a teoria.

De fato, algumas pesquisas relataram bom relacionamento familiar nas famílias constituídas por adolescentes em conflito com a lei, Oliveira e Coelho (2000) em um estudo constataram que os “adolescentes infratores” apresentam índices de “bom relacionamento” tanto com o pai (50,0%), quanto com a mãe (43,9%) e com os outros membros (39%). Verificando ainda que não houve nenhum caso de relacionamento ruim para os demais membros.

Porém, o estudo de Oliveira e Coelho apresenta uma limitação por sua coleta de dados ter sido realizada anos após a institucionalização, ou seja, após a reintegração do adolescente à sociedade e à família. Isso deixa evidente que as respostas sobre a convivência familiar na época da institucionalização, podem ter sido respondidas de acordo com o relacionamento atual de pós-institucionalização, momento em que o questionário lhes foi entregue. Assim, não ficou claro como eram os padrões familiares na época da institucionalização dos adolescentes, embora fosse esse o objetivo da pesquisa dos autores citados.

No entanto não se descarta a hipótese desses adolescentes terem em casa um bom relacionamento entre os seus membros, bem como os seus membros entre si. Porém, assim como na identificação familiar, aqui não será descartada a idealização familiar que as adolescentes podem apresentar acerca de sua família, assim como foi relatado na pesquisa de Assis e Souza (1999).

Segundo Branco e Wagner (2009), praticamente todos os jovens entrevistados em seus estudos falaram da influência dos pares na iniciativa do ato transgressor à lei, no entanto afirmam que após a institucionalização os mesmos “sumiram” nesse momento difícil que eles enfrentaram. Assim os adolescentes acrescentam que a família é a instituição que eles acreditam poder ajudá-los, apesar de ela se encontrar, em muitos momentos, extremamente fragilizada, vulnerável e com pouca capacidade de atuação frente ao adolescente.

Dito posto, o questionamento realizado na identificação familiar também pode ser empregado na questão das relações familiares, por que não foram encontrados relatos que explicassem por que apenas a amostra do sexo feminino apresentou baixos

índices de conflito e alto grau de afetividade com a figura materna? Pois, os adolescentes do sexo masculino não apresentaram essa particularidade. Qual foi a particularidade encontrada por este grupo de adolescentes femininos? Novamente levantamos a hipótese de esse grupo estar mais vulnerável que a amostra masculina, devido às condições inadequadas de internação, e assim apresentarem o fenômeno de idealização familiar, pois os adolescentes descreveram significativamente o relacionamento entre seus pais e suas mães como conflituosos. Revelando a fragilidade dos vínculos familiares como um dos fatores que pode vir a caracterizar a família como um fator de risco ao desenvolvimento da conduta criminal dos adolescentes deste sexo.

Quanto aos dados referentes ao bem-estar, observa-se que os adolescentes do sexo masculino e feminino apresentaram escores mais elevados do que os adolescentes sem situações de conflito com e lei no tocante ao afeto negativo. Tais achados foram congruentes com a teoria, pois, segundo Silva (2011), o fato de os adolescentes se encontrarem institucionalizados exerce sim influência em seu bem-estar subjetivo quando se compara adolescentes institucionalizados com os não institucionalizados. Muito são os fatores que podem contribuir para a diminuição do bem-estar subjetivo dentro do contexto de institucionalização, tais como: a falta de privacidade, autonomia, liberdade, individualidade, o desejo de relações sociais estáveis e de proximidade com o núcleo familiar, os estereótipos negativos associados à institucionalização, a falta de atenção por parte dos adultos e ainda a presença de sentimentos negativos oriundos da ruptura com o ambiente conhecido.

Acredita-se que quanto maior for o suporte social (ex: amigos próximos e família) as pessoas apresentarão melhores índices de atividades autônomas, bem como níveis basais de estresse e um bom funcionamento cognitivo e emocional (Uchino, Cacioppo, & Kiecolt-Glaser, 1996). Assim, observa-se que as redes de apoio e suporte social desses adolescentes institucionalizados e privados da liberdade não funcionam de maneira efetiva, configurando um fator de vulnerabilidade ao bem-estar subjetivo.

No entanto, faz-se necessário acrescentar que a diferença encontrada pode não ter como causa única e exclusiva a institucionalização, uma vez que pode existir a interferência de outras variáveis que não foram controladas nesse estudo. Um exemplo disso é o nível socioeconômico. Pois, muitas são as variáveis que interferem no bem-estar.

Com relação às comparações referentes à satisfação de vida, percebe-se que entre os adolescentes do sexo masculino não foram apresentadas diferenças

significativas quando comparados os grupos de adolescentes com e sem conflito com a lei. Ou seja, os adolescentes com restrição de liberdade apresentam níveis de satisfação com a sua vida semelhante a dos adolescentes que nunca frequentaram ou frequentam centro de internação para menores infratores. Segundo Siqueira e Dell' Aglio (2010), alguns indicativos de satisfação de vida pode indicar que de alguma forma as condições de vida atuais desses jovens estão lhes proporcionando alguma forma de satisfação, pois muitos jovens institucionalizados têm acesso durante o acolhimento institucional a condições de vida que não teriam se estivessem com suas famílias, tais como: educação, lazer, vestuário, entre outros, além de estarem afastados das situações de violência e abandono que levaram à institucionalização. Assim, este dado revela a importância da provisoriamente da medida de proteção socioeducativa.

Porém, quanto ao sexo feminino, destaca-se que as adolescentes em conflito com a lei estão mais satisfeitas quando analisado o fator família. Assim, estas estão mais satisfeitas com sua família do que as adolescentes sem restrição de liberdade. Estes dados não eram esperados segundo alguns estudos, pois, embora o afastamento entre a vivência familiar e a institucionalização possa acarretar em sofrimento, este também pode ser visto como um aspecto positivo ao afastar os adolescentes de fatores de risco que vivenciam dentro do âmbito familiar (Siqueira e Dell' Aglio, 2011). Pois, em muitos momentos, os adolescentes, que participaram da presente pesquisa, afirmaram que o aspecto positivo associado à restrição da liberdade era o afastamento das “más influências” que existiam na rua, bem como a medida socioeducativa também possibilitava a volta ao ensino formal de educação.

Todavia, como a instituição feminina apresenta problemas em sua estrutura e funcionamento, as adolescentes não têm as necessidades básicas supridas - apoio social e emocional - apresentando possivelmente uma percepção negativa sobre a medida socioeducativa. Assim, este adolescente percebe a sua vivência atual como algo negativo e transfere para sua vivência passada e futura os aspectos positivos, ou seja, nas situações em que vivia e/ou vai voltar ao ambiente familiar, mesmo que em muitos momentos a situação familiar tenha aspectos negativos tão graves quando na institucionalização. Neste sentido, os resultados mais uma vez apontam para a vivência de uma idealização familiar no processo de restrição de liberdade das adolescentes do grupo 1 que participaram desse estudo.

Um dado importante para ser abordado concerne na convivência familiar, pois se observou que 100% dos adolescentes viviam com a família na época em que praticaram

o delito que resultou na sua sentença de privação de liberdade, enquanto que desses 40% viviam em famílias nucleares. Isto é, os adolescentes infratores não são “meninos de rua” ou “sem família”, deixando claro que a ausência de convivência familiar não é o fator determinante do ingresso no mundo infracional, havendo necessidade de mais estudos para uma melhor compreensão da dinâmica familiar.

Com vistas à tentativa de compreender o impacto dessas e outras variáveis sociodemográficas (sexo, grupo de origem), pessoais (autocongruência) e familiares (afetividade, conflito e identificação) no bem-estar subjetivo, foi desenvolvido um modelo de regressão linear. Como resultado, pode-se visualizar um modelo explicativo bastante significativo que explicou 44% da variância do escore do bem-estar subjetivo ao reter como variáveis independentes a autocongruência e a afetividade mãe-criança.

Assim, quanto maior for à autocongruência e mais afetivo seja a relação mãe-criança, melhor será o bem-estar subjetivo dos adolescentes. De fato estudos já revelaram a associação entre relação mãe-filho e bem estar, de acordo com Souza e Pimenta (2008) a presença de sintomas de depressão e problemas de comportamento estão correlacionados com o nível de afetividade das mães com os seus filhos, pois, quanto mais afetiva a relação mãe-filho, menor será a os sintomas depressivos e problemas de comportamento.

No entanto, a variável autocongruência explicou 33% da variância do bem-estar subjetivo, considerado este um índice expressivo dentro do campo psicológico. A autocongruência é a proximidade de como o adolescente se vê (self real) e de como ele gostaria de ser (self ideal), ou seja, "eu sou como gostaria de ser". Assim, quanto mais “eu sou como eu gostaria de ser” melhor será o bem estar dos adolescentes. Em consonância com os dados Ferguson, Hafen e Laursen (2010) afirmam que discrepância entre o self-real e o self-ideal está relacionada com o sofrimento emocional de adolescentes, associado à baixa autoestima, internalização de sentimentos de rejeição e sintomas depressivos.

Segundo Teodoro (2000), a autocongruência está correlacionada com a agressividade social. Assim, pessoas que apresentam o self real mais próximo do seu self ideal demonstram um valor em menor escala de agressividade social, ou seja, quanto mais congruente eu sou, uma pessoa socialmente menos agressiva serei. Assim podemos concluir que quanto mais autocongruente uma pessoa é, maior será seu nível de bem-estar e menores os comportamentos de agressividade social.

Conclusões

Dito posto, observa-se que os resultados revelam semelhanças e diferenças entre os adolescentes que vivem em instituições para menores infratores e os adolescentes sem restrição de liberdade e conflito com a lei. Por meio deste, pode-se conhecer e questionar alguns aspectos sobre os adolescentes em conflito com a lei, tais como: observar variações em seu bem-estar, observando as variáveis que mais o prediz. Variações de gêneros de acordo com o contexto de restrição de liberdade associado às instituições, repensando sempre a localização da família neste processo de identificações e relações familiares.

No entanto, este estudo se limita por não abordar o histórico dessas relações primárias no contexto anterior e exterior à internação na instituição para menores em conflito com a lei, bem como não ter contato direto com essas famílias. Não possibilitando, assim, a comparação das relações anteriores à institucionalização, e a triangulação dos dados por meio de outros membros familiares.

De fato novos questionamentos emergiram frente a esta pesquisa. Quais são os fatores de proteção de que um adolescente necessita para se desenvolver, tendo em vista um melhor enfrentamento de suas condições de vida? A tentativa de selecionar alguns, dentre vários fatores passíveis de serem analisados, não revela uma análise conclusiva, mas sim um questionamento dos fenômenos envolvidos que impede a adoção de fórmulas simplistas, demonstrando a real multideterminação deste crescente fenômeno de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Referências

- Adams, G. R., Marshall, S. K. (1996). A developmental social psychology of identity: understanding the person-in-context. *Journal of Adolescence*, 19, 429-442.
- Assis, S. G.; Souza, E. R.(1999). *Criando Caim e Abel: pensando a prevenção da infração juvenil. Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 1(4), 131-144.
- Avanci, J.Q., Assis, S.G., & Oliveira, R.V.C. (2008). Sintomas depressivos na adolescência: Estudo sobre fatores psicossociais em amostra de escolares de um município do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 24 (10), 2334-2346.
- Boonomi, A.E., Boudreau, D.M., Fiscman, P.A., Meenan, R.T, &Revicki, D.A. (2005). Is a family equal to the sum of its parts? Estimating family-level well-being for cost-effectiveness analysis.*Quality of Life Research*, 14, 1127-1133.
- Branco, B. M.; Wagner, A. (2009). Os adolescentes e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. *Ciência & Saúde Coletiva*. 14(2), 557-566.
- Costa, C. R. B. S. F. (2005). É possível construir novos caminhos? Da necessidade de ampliação do olhar na busca de experiências bem-sucedidas no contexto socioeducativo. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. UERJ, 2(5), 79-95.
- Dell´Aglío, D.D., Santos, S.S., & Borges, J.L. (2004). Infração juvenil feminina: Uma trajetória de abandonos. *Interação em Psicologia*, 8(2), 191-198.
- Diener, E. (1994). Assessing subjective well-being: Progress and opportunities.*Social Indicators Research*, 31, 103-157.
- Diener, E., Oishi,S. & Lucas, R.E. (2002). Personality, culture, and well-being: Emotional and cognitive evaluations of life. *Annu. Rev. Psychol.*, 54, 403–425.
- Eysenck, H.J. (1970). *The structure of human personality*.London: Methuen.
- Ferguson, G. M.; Hafen, C. A.; Laursen, B.(2010). Adolescent psychological and academic adjustment as a function of discrepancies between actual and ideal self-perceptions.*J Youth Adolescence*, v. 39, 1485–1497.
- Galo, A. E. &Williams, L.C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Revista Psicologia, Teoria e Prática*, 7(1).
- Giacomoni, C. H. e Hutz, C. S (2000). *Bem-estar subjetivo infantil: Conceito de felicidade e construção de instrumentos para avaliação*. Tese de Doutorado não publicada. Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Giacomoni, C.H. & Hutz, C.S. (2004). Bem-estar subjetivo: Em busca da qualidade de vida. *Temas em Psicologia*, 12 (1).

Giacomini, C. H., Hutz, C. S. (2006). Escala de afeto positivo e negativo para crianças: estudo de construção e validação. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e educacional (ABRAPEE)*, 10(2), 235-245.

Kagan, W. (1971). *Personality development*. New Yourk: Harcout Brace Jovanovich.

Käppler, K.C. (1998). Padrões de identificação em famílias: Um estudo comparativo entre crianças com e sem problemas psicológicos. *Cadernos de Psicologia*, 8, 241-252.

Minuchin, S. (1982). *Famílias funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Minuchin, S. & Fishman, H.C. (1990). *Técnicas de terapia familiar* (Kinsch, C. & Maia, M.E.F.R. trads.). Porto Alegre: Artes Médicas.

Oissh, S., & Sullivan, H.W. (2005). The mediating role of parental expectations in culture and well-being. *Journal of Personality*, 73, 1267-1294.

Oliveira, Á. A. C., M.S.; Coelho, F. M. G. (2000). *O menor infrator na comarca de Viçosa-MG: família, instituições e sociedade*. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Economia doméstica da UFV.

Ramires, V.R.R. (2004). As transições familiares: A perspectiva das crianças e pré-adolescentes. *PsicologiaemEstudo*, 9(2), 183-193.

Renschmidt, H. &Mattejat, F. (1999). *Der Familien-Identifikations-Test (FIT) Manual [The Family Identification Test. Manual]*. Göttingen, Deutschland: Hogrefe.

Rodway, C., Norrington-Moore, V., While, D., Hunt, I., Flynn, S., Swinson, N., Roscoe, A., Appleby, L. & Shaw, J (2011). A population-based study of juvenile perpetrators of homicide in England and Wales. *Journal of Adolescence*, 34(1), 19-28.

Schimmack, U., Radhakrishan, P., Oishis, Dzokoto, V. &Ahadi, S. (2002). Culture, personality, and subjective well-being. Integrating process model of life satisfaction. *Journal of Personality and Social Psychology*, 82 (4), 582-593.

Silva, M. J. M. X; Bizarro, L. M. G. (2011). *O bem-estar subjetivo dos adolescentes institucionalizados*. Tese de mestrado apresentada a Escola de Enfermagem de Portugal.

Siqueira, A. C.; Dell' Aglio, D. D. (2010). Crianças e Adolescentes Institucionalizados: Desempenho Escolar, Satisfação de Vida e Rede de Apoio Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26 (3), 407-415.

Souza, J & Pimenta, C. A. M. (2008). *Filhos de alcoolistas: afetividade e conflito nas relações familiares*. Tese de Doutorado apresentado a Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP.

Stochero, T. (2011). Número de menores internados por crimes cresce 4,5% no Brasil. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/07/numero-de-menores-internados-por-crime-cresce-45-no-brasil.html>. Acessado em 6 de abril de 2012.

Teodoro, M.L.M. (2000). *Habilidades sociais e processos de identificação em crianças e adolescentes*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

Teodoro, M.L.M. (2006). Afetividade e conflito em díades familiares: Avaliação com o Familiograma. *Interamerican Journal of Psychology*, 40, 395-390.

Teodoro, M.L.M. (2009). Família, bem-estar e qualidade de vida de crianças e adolescentes. Em Pena, J.J.F. & Haase V.G. (Org.). *Aspectos biopsicossociais da saúde na infância e adolescência*. Belo Horizonte: Coopmed, 111-122.

Uchino, B.N., Cacioppo, J.T. & Kiecolt-Glaser, J.K. (1996). The relationship between social support and physiological processes: A review with emphasis on underlying mechanisms and implications for health. *Psychological Bulletin*, 119, 488-531.

Wagner, A., Ribeiro, L. S. Arteché, A. X. & Bornholdt, E. A. (1999). Configuração familiar e o bem-estar psicológico dos adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(1), Porto Alegre.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização dos dois estudos apresentados nesta dissertação, pode-se visualizar que a prática de atos infracionais dos adolescentes pode estar relacionada a situações de vulnerabilidade vivenciada dentro do âmbito familiar. No entanto, fica claro que não será apenas a existência de um fator de risco que determinará ações de infrações à lei, pois se deve sempre levar em consideração a contextualização desses fatores de risco associados a outros fatores que não sejam diretamente ligados à família. A medida, que esta compartilha com outras instituições a responsabilidade pelo desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo de seus constituintes. Quando as dificuldades enfrentadas pelas famílias não são superadas, tanto do ponto de vista financeiro quanto do ponto de vista das relações sociais e afetivas, o estado pode e tem o dever de intervir com projetos e políticas públicas que objetivem não só crianças/adolescentes em situação de risco social, como também nas suas famílias, assim como prioriza o estatuto da criança e do adolescente (ECA).

Os resultados discutidos no artigo empírico apontam semelhanças e diferenças entre os adolescentes que vivem em instituições para menores infratores e os adolescentes sem restrição de liberdade e conflito com a lei. Assim sendo, pode-se conhecer algumas questões, sobre os adolescentes em conflito com a lei, que possibilitam o questionamento dos trabalhos realizado com os adolescentes que cumprem medida socioeducativa com restrição de liberdade. Contudo, reconhece-se a limitação que este estudo possui, pois o mesmo não obteve informações que revelassem como eram as relações anteriores, durante e posterior à internação dos menores em conflito com a lei. Assim como, não foi possível o contato direto com essas famílias para observar o seu funcionamento na íntegra, não possibilitando o confronto de informações prestadas por meio de outros membros familiares, ou seja, o entrelaçamento das diversas visões dos aspectos familiares estudados.

No entanto, novos questionamentos emergiram frente a esta pesquisa. Quais são os fatores de proteção que necessitam de um adolescente para se desenvolver, tendo em vista um melhor enfrentamento de suas condições de vida? Quais desses fatores podem ser promovidos pela família? A tentativa de selecionar alguns, dentre vários fatores passíveis de serem analisados, não revela uma análise conclusiva, mas sim fomenta

questionamentos dos aspectos envolvidos, impedindo a adoção de fórmulas simplistas deste crescente fenômeno multideterminado, adolescentes em conflito com a lei.

REFERÊNCIAS

- Brasil (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n° 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.
- Brasil, (2004). *Emendas Constitucionais* n°s.1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n°s 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, (Obra original publicada em 1988).
- Dell´Aglia, D.D., Santos, S.S., & Borges, J.L. (2004). Infração juvenil feminina: Uma trajetória de abandonos. *Interação em Psicologia*, 8(2), 191-198.
- FUNASE (Ano desconhecido). *Institucional*. <http://www.funase.pe.gov.br/>. Acessado em 01 de abril de 2012.
- Galo, A. E. & Willians, L.C. A. (2005). Adolescentes em conflito com a lei: Uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. *Revista Psicologia, Teoria e Prática*, 7(1).
- MPPE (2012). *Unidade de Jaboatão é modelo*. http://www1.amppe.com.br/cms/opencms/amppe/servicos/clipagem/2012/jan/clipagem_0056.html. Acessado em 02 de abril de 2012.
- Pacheco, J.T.B & Hutz, C.S. (2009). Variáveis familiares preditoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 213-21.
- Priuli, R.M.A. & Moraes, M.S. (2007) Adolescentes em conflito com a lei. *Ciênc. saúde coletiva [online]*, 12(5), 1185-1192.
- Santos, F.V.G. (2007). *Família: Peça fundamental na ressocialização de adolescentes em conflito com a lei?* Universidade Católica de Pernambuco, Dissertação de Mestrado 99 (6).

ANEXO A – Questionário Sociodemográfico

Questionário Sociodemográfico

Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Ano que cursa na escola: _____

Já trabalhou: () Sim () Não Se sim, em quê? _____

Você foi criado por quem? () Pai () Mãe () Amigos () Família ()

Outros _____

Com quem mora atualmente?

() Vive com os pais

() Vive com os tios

() Vive com a mãe

() Vive com irmão

() Vive com o pai

() Vive com amigos

() Vive com os avós

() Outro: _____

Nível de Escolarização do Responsável

() Pai _____

() Mãe _____

() Outro _____

Tem algum familiar que esteve preso por cometer crimes

() Não

() Sim Se sim, quem? _____

Há quanto tempo cumpre medida socioeducativa? _____**Já cumpriu medida socioeducativa anteriormente? Se sim, quantas vezes?** _____**Tipo de infração que cometeu?** _____**De acordo com a sua experiência, o que vocêalaria sobre: cumprir medida socioeducativa com privação de liberdade?**

ANEXO B – Familiograma

Familiograma - R

Nome: _____ Sexo: _____
 Idade: _____ Escolaridade: _____ Data: __/__/____
 Família: _____

Nas próximas páginas, pediremos a você que descreva como é o relacionamento entre algumas pessoas da sua família. Para isto, gostaríamos que você pensasse em cada membro de sua família e sobre os sentimentos que existem, **geralmente**, no dia-a-dia de cada relação. Não existem respostas certas ou erradas, mas é importante você marcar com sinceridade como você se sente com cada uma dessas afirmativas.

Em seguida, pediremos que você pense em apenas uma relação de cada vez. Para cada relação familiar, serão mostradas várias palavras que demonstram sentimentos e comportamentos. Você deverá marcar o quanto você acha que estas palavras refletem a relação. Os valores vão de 1 (a palavra não descreve a relação de jeito nenhum) até 5 (a palavra descreve a relação totalmente). Veja este exemplo sobre o relacionamento de João e Pedro:

João e Pedro têm um relacionamento:

	De jeito nenhum	Pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
1. Tranquilo	1	2	3	4	5 X

Neste exemplo, o relacionamento de João e Pedro foi descrito como sendo completamente tranquilo (5).

Lembre-se de que **não existem respostas certas ou erradas**. Nós só queremos conhecer um pouco mais sobre a sua família.

Relação entre **pai e mãe**

Meu pai e minha mãe têm um relacionamento:

	De jeito nenhum	Pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
1. Carinhoso	1	2	3	4	5
2. Alegre	1	2	3	4	5
3. Confuso	1	2	3	4	5
4. Nervoso	1	2	3	4	5
5. Estressante	1	2	3	4	5
6. Agradável	1	2	3	4	5
7. Verdadeiro	1	2	3	4	5
8. Afetivo	1	2	3	4	5
9. Protetor	1	2	3	4	5

10. Baixo-astral	1	2	3	4	5
11. Amoroso	1	2	3	4	5
12. Ruim	1	2	3	4	5
13. Sufocante	1	2	3	4	5
14. Acolhedor	1	2	3	4	5
15. Tenso	1	2	3	4	5
16. Harmonioso	1	2	3	4	5
17. Atencioso	1	2	3	4	5
18. Precioso	1	2	3	4	5
19. Frio	1	2	3	4	5
20. Difícil	1	2	3	4	5
21. Agressivo	1	2	3	4	5
22. Chato	1	2	3	4	5

Relação com minha mãe

Eu e minha mãe temos um relacionamento:

	De jeito nenhum	Pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
1. Carinhoso	1	2	3	4	5
2. Alegre	1	2	3	4	5
3. Confuso	1	2	3	4	5
4. Nervoso	1	2	3	4	5
5. Estressante	1	2	3	4	5
6. Agradável	1	2	3	4	5
7. Verdadeiro	1	2	3	4	5
8. Afetivo	1	2	3	4	5
9. Protetor	1	2	3	4	5
10. Baixo-astral	1	2	3	4	5
11. Amoroso	1	2	3	4	5
12. Ruim	1	2	3	4	5
13. Sufocante	1	2	3	4	5
14. Acolhedor	1	2	3	4	5
15. Tenso	1	2	3	4	5
16. Harmonioso	1	2	3	4	5
17. Atencioso	1	2	3	4	5
18. Precioso	1	2	3	4	5
19. Frio	1	2	3	4	5
20. Difícil	1	2	3	4	5
21. Agressivo	1	2	3	4	5
22. Chato	1	2	3	4	5

Relação com meu pai

Eu e meu pai temos um relacionamento:

	De jeito nenhum	Pouco	Mais ou menos	Muito	Completamente
--	-----------------	-------	---------------	-------	---------------

1. Carinhoso	1	2	3	4	5
2. Alegre	1	2	3	4	5
3. Confuso	1	2	3	4	5
4. Nervoso	1	2	3	4	5
5. Estressante	1	2	3	4	5
6. Agradável	1	2	3	4	5
7. Verdadeiro	1	2	3	4	5
8. Afetivo	1	2	3	4	5
9. Protetor	1	2	3	4	5
10. Baixo-astral	1	2	3	4	5
11. Amoroso	1	2	3	4	5
12. Ruim	1	2	3	4	5
13. Sufocante	1	2	3	4	5
14. Acolhedor	1	2	3	4	5
15. Tenso	1	2	3	4	5
16. Harmonioso	1	2	3	4	5
17. Atencioso	1	2	3	4	5
18. Precioso	1	2	3	4	5
19. Frio	1	2	3	4	5
20. Difícil	1	2	3	4	5
21. Agressivo	1	2	3	4	5
22. Chato	1	2	3	4	5

ANEXO C – Teste de identificação familiar

Teste de Identificação Familiar – FIT

Nome: _____

Data: ___/___/___ Aplicador: _____

Nós gostaríamos que descrevesse VOCÊ mesmo. Para isto, utilize as palavras descritas abaixo e diga, para cada uma como você é.

	Não Corresponde	Corresponde pouco	Corresponde em parte	Corresponde muito	Corresponde totalmente
1. Medroso	1	2	3	4	5
2. De lua	1	2	3	4	5
3. Nervoso	1	2	3	4	5
4. Satisfeito	1	2	3	4	5
5. Tranquilo	1	2	3	4	5
6. Animado	1	2	3	4	5
7. Comunicativo	1	2	3	4	5
8. Seguro de si	1	2	3	4	5
9. Independente	1	2	3	4	5
10. Compreensivo	1	2	3	4	5
11. Atencioso	1	2	3	4	5
12. Simpático	1	2	3	4	5

Agora, nós gostaríamos que descrevesse como VOCÊ gostaria de ser. Para isto, utilize as palavras descritas abaixo e diga, para cada um como você gostaria de ser.

	Não Corresponde	Corresponde pouco	Corresponde em parte	Corresponde muito	Corresponde totalmente
1. Medroso	1	2	3	4	5
2. De lua	1	2	3	4	5
3. Nervoso	1	2	3	4	5
4. Satisfeito	1	2	3	4	5
5. Tranquilo	1	2	3	4	5
6. Animado	1	2	3	4	5

7. Comunicativo	1	2	3	4	5
8. Seguro de si	1	2	3	4	5
9. Independente	1	2	3	4	5
10. Compreensivo	1	2	3	4	5
11. Atencioso	1	2	3	4	5
12. Simpático	1	2	3	4	5

Agora, nós gostaríamos que você descrevesse como você vê seu PAI. Para isto, utilize as palavras descritas abaixo e diga, para cada uma como seu pai é.

	Não Corresponde	Corresponde pouco	Corresponde em parte	Corresponde muito	Corresponde totalmente
1. Medroso	1	2	3	4	5
2. De lua	1	2	3	4	5
3. Nervoso	1	2	3	4	5
4. Satisfeito	1	2	3	4	5
5. Tranquilo	1	2	3	4	5
6. Animado	1	2	3	4	5
7. Comunicativo	1	2	3	4	5
8. Seguro de si	1	2	3	4	5
9. Independente	1	2	3	4	5
10. Compreensivo	1	2	3	4	5
11. Atencioso	1	2	3	4	5
12. Simpático	1	2	3	4	5

Agora, nós gostaríamos que você descrevesse como você gostaria que seu PAI fosse. Para isto, utilize as palavras descritas abaixo e diga, para cada uma como você gostaria que seu pai fosse.

	Não Corresponde	Corresponde pouco	Corresponde em parte	Corresponde muito	Corresponde totalmente
1. Medroso	1	2	3	4	5
2. De lua	1	2	3	4	5
3. Nervoso	1	2	3	4	5
4. Satisfeito	1	2	3	4	5
5. Tranquilo	1	2	3	4	5
6. Animado	1	2	3	4	5
7. Comunicativo	1	2	3	4	5
8. Seguro de si	1	2	3	4	5
9. Independente	1	2	3	4	5
10. Compreensivo	1	2	3	4	5

11. Atencioso	1	2	3	4	5
12. Simpático	1	2	3	4	5

Agora, nós gostaríamos que você descrevesse como você vê sua MÃE. Para isto, utilize as palavras descritas abaixo e diga, para cada uma como você acha que sua mãe é.

	Não Corresponde	Corresponde pouco	Corresponde em parte	Corresponde muito	Corresponde totalmente
1. Medroso	1	2	3	4	5
2. De lua	1	2	3	4	5
3. Nervoso	1	2	3	4	5
4. Satisfeito	1	2	3	4	5
5. Tranquilo	1	2	3	4	5
6. Animado	1	2	3	4	5
7. Comunicativo	1	2	3	4	5
8. Seguro de si	1	2	3	4	5
9. Independente	1	2	3	4	5
10. Compreensivo	1	2	3	4	5
11. Atencioso	1	2	3	4	5
12. Simpático	1	2	3	4	5

Agora, nós gostaríamos que você descrevesse como você gostaria que sua MÃE fosse. Para isto, utilize as palavras descritas abaixo e diga, para cada uma como você gostaria que sua mãe fosse.

	Não Corresponde	Corresponde pouco	Corresponde em parte	Corresponde muito	Corresponde totalmente
1. Medroso	1	2	3	4	5
2. De lua	1	2	3	4	5
3. Nervoso	1	2	3	4	5
4. Satisfeito	1	2	3	4	5
5. Tranquilo	1	2	3	4	5
6. Animado	1	2	3	4	5
7. Comunicativo	1	2	3	4	5
8. Seguro de si	1	2	3	4	5
9. Independente	1	2	3	4	5
10. Compreensivo	1	2	3	4	5
11. Atencioso	1	2	3	4	5
13. Simpático	1	2	3	4	5

ANEXO D – Escala de afeto

ESCALA DE AFETO

Gostaríamos de saber como você tem se sentindo ultimamente. Não há respostas certas ou erradas. O que é realmente importante é que você responda com sinceridade a cada item. Sua colaboração é muito importante para nós.

Esta escala consiste de um número de palavras que descrevem diferentes sentimentos e emoções. Leia cada item e depois marque um X na resposta que você acha que é a melhor para você. Por favor, tome cuidado para não esquecer de marcar nenhum item. Porém, se você encontrar palavras cujos significados você não conhece, risque essa palavra e não responda.

Exemplo:

Eu estou me sentindo feliz :				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Nem um pouco	Um pouco	Mais ou Menos	Bastante	Muitíssimo

1. Alegre	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	20. Esforçado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
2. Amedrontado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	21. Esperto	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
3. Amoroso	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	22. Feliz	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
4. Animado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	23. Forte	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
5. Assustado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	24. Furioso	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
6. Calmo	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	25. Humilhado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
7. Carinhoso	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	26. Impaciente	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
8. Chateado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	27. Incomodado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
9. Contente	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	28. Interessado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
10. Corajoso	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	29. Irritado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
11. Cuidadoso	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	30. Isolado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
12. Culpado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	31. Magoado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
13. Decidido	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	32. Nervoso	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
14. Delicado	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	33. Orgulhoso	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
15. Deprimido	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	34. Participativo	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
16. Desanimado						35. Perturbado					

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
17. Divertido					36. Preocupado				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
18. Enojado					37. Satisfeito				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
19. Envergonhado					38. Triste				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)

ANEXO E – Escala multidimensional de satisfação de vida

ESCALA MULTIDIMENSIONAL DE SATISFAÇÃO DE VIDA PARA CRIANÇAS

Gostaríamos de saber o que você pensa sobre a sua vida e coisas que fazem parte dela. Por exemplo: como você tem se sentindo ultimamente? O que você gosta de fazer?

Para cada frase escrita abaixo você deve escolher um dos números que melhor representa o quanto você concorda com o que esta frase diz sobre você.

Exemplo:

Eu gosto de ir ao parque.				
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
nem um pouco	um pouco	mais ou menos	bastante	muitíssimo

01. Eu me divirto com muitas coisas. (1) (1) (2) (3) (4)	14. Eu me divirto na escola. (5) (2) (3) (4) (5)
02. As outras crianças têm mais amigos do que eu. (1) (1) (1) (2) (3)	15. Eu sou uma pessoa bem humorada. (4) (2) (3) (4) (5)
03. Tenho pessoas que me ajudam. (1) (1) (1) (2) (3)	16. Meus amigos ganham mais presentes do que eu. (4) (2) (3) (4) (5)
04. É bom brincar com meus amigos. (1) (1) (2) (3) (4)	17. Eu me divirto com as coisas que eu tenho. (5) (2) (3) (4) (5)
05. Eu aprendo muitas coisas na escola. (1) (1) (2) (3) (4)	18. Estou satisfeito com os amigos que tenho. (5) (2) (3) (4) (5)
06. Eu sou uma pessoa carinhosa. (1) (1) (2) (3) (4)	19. Meus professores gostam de mim. (5) (2) (3) (4) (5)
07. Meus amigos brincam mais do que eu (1) (1) (2) (3) (4)	20. Eu sou esperto. (5) (2) (3) (4) (5)
08. Brigar resolve os problemas. (1) (2) (3) (4) (5)	21. As outras crianças são mais alegres do que eu. (1) (2) (3) (4) (5)
09. Eu fico feliz quando a minha família se reúne (1) (2) (3) (4) (5)	22. Gosto de brigas. (1) (2) (3) (4) (5)
10. Eu me relaciono bem com meus colegas. (1) (2) (3) (4) (5)	23. Eu me divirto com a minha família. (1) (2) (3) (4) (5)
11. Eu sou alegre. (1) (2) (3) (4) (5)	24. Gosto de conversar com meus amigos. (1) (2) (3) (4) (5)
12. Meus amigos podem fazer mais coisas do que eu. (1) (2) (3) (4) (5)	25. Eu me sinto calmo, tranqüilo. (1) (2) (3) (4) (5)
13. Minha família se dá bem. (1) (2) (3) (4) (5)	26. Procuro fazer coisas que me deixam feliz. (1) (2) (3) (4) (5)

27. Meus amigos me ajudam quando eu preciso. (1) (2) (3) (4) (5)	39. Meus amigos brigam muito comigo. (1) (2) (3) (4) (5)
28. Eu gosto das atividades da escola. (1) (1) (2) (3) (4)	40. Eu sou divertido. (5) (2) (3) (4) (5)
29. Eu sorrio bastante. (1) (2) (3) (4) (5)	41. Meus pais são carinhosos comigo. (1) (2) (3) (4) (5)
30. Preciso receber mais atenção. (1) (2) (3) (4) (5)	42. Sempre encontro ajuda quando preciso. (1) (2) (3) (4) (5)
31. Brigo muito com meus amigos. (1) (2) (3) (4) (5)	43. Eu gosto de ir à escola. (1) (2) (3) (4) (5)
32. Minha família gosta de mim. (1) (2) (3) (4) (5)	44. Tenho facilidade para fazer amigos. (1) (2) (3) (4) (5)
33. Eu me divirto com meus amigos. (1) (2) (3) (4) (5)	45. Meus amigos se divertem mais do que eu. (1) (2) (3) (4) (5)
34. Eu gosto de ajudar as pessoas. (1) (2) (3) (4) (5)	46. Gostaria que minha família fosse diferente. (1) (2) (3) (4) (5)
35. Mantenho a calma. (1) (2) (3) (4) (5)	47. Sou irritado. (1) (2) (3) (4) (5)
36. Meus amigos são mais alegres do que eu. (1) (2) (3) (4) (5)	48. Meus amigos gostam de mim. (1) (2) (3) (4) (5)
37. Minha família me faz feliz. (1) (2) (3) (4) (5)	49. Eu me sinto bem na minha escola. (1) (2) (3) (4) (5)
38. Eu gostaria que meus amigos fossem diferentes. (1) (2) (3) (4) (5)	50. Minha família me ajuda quando preciso. (1) (2) (3) (4) (5)

ANEXO F – Termo de consentimento livre e esclarecido dos responsáveis

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Psicologia**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA
PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES EM PESQUISA**

Prezados Pais ou Responsáveis,

A mestranda Angélica Maria Ferreira de Melo Silva, junto ao seu orientador Prof^o Maycoln Leôni Martins Teodoro, ambos do Departamento de Psicologia da UFMG, estão conduzindo uma pesquisa intitulada **Relações Familiares, Processos de Identificação e Bem-estar Subjetivo em Adolescentes em Conflito com a Lei**, que tem como principal objetivo analisar a família dentre os fatores de risco para o adolescente desenvolverem comportamento que ocasionem situações em conflito com a lei.

Para conduzir tal pesquisa, a aluna Angélica necessita aplicar alguns instrumentos em uma amostra de adolescentes, para isso, solicitamos seu consentimento para autorizar que seu filho (ou menor por você responsável) participe da referida pesquisa. A coleta de dados será feita a partir de março de 2012 e consistirá na aplicação de dois testes que avaliam as relações familiares e por uma escala que avalia o bem-estar subjetivo. O protocolo será aplicado em sessões individuais, em ambiente fornecido pela instituição com duração média de 35 minutos.

Informamos que a pesquisa que vamos desenvolver não apresenta nenhum risco para os adolescentes e também que aos adolescentes e pais será garantido o direito de não participação, se assim o desejarem, sem que isso lhes acarrete prejuízo de qualquer natureza. Não será cobrada nenhuma taxa ou qualquer outro valor aos responsáveis por aqueles que se dispuserem a participar no presente trabalho. Os resultados obtidos poderão ser publicados em artigos e eventos científicos. Entretanto, em nenhuma hipótese os participantes ou escolas serão identificados por seus nomes ou quaisquer outros tipos de informações que quebrem sua anonimidade.

Caso nos dê anuência para a realização da pesquisa, solicitamos a gentileza de assinar o termo abaixo. A assinatura do termo pelos adolescentes e pais ou responsável é uma condição para a participação do adolescente na pesquisa, além da sua anuência.

A mestranda Angélica se dispõe a dar maiores esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir a respeito da pesquisa por meio dos telefones (31) 9341-3456 / (81) 9996-4088.

Departamento de Psicologia
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6627
31270-901 – Belo Horizonte, MG.
email: angeliquinamelo@gmail.com

Endereço do Comitê de Ética (COEP)
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627
Unidade Administrativa II – 2 andar, sala
2005
31270-901 – Belo Horizonte, MG.
Telefax: (31) 3409-4592
E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Contando com a sua colaboração e agradecendo-lhes pela atenção,

Angélica Ma F. de Melo Silva

Angélica Maria Ferreira de Melo Silva

Maycoln L. M. Teodoro

Autorização:

Eu, _____ autorizo meu
(minha) filho(a) _____ a participar da pesquisa
“Relações Familiares, Processos de Identificação e Bem-estar Subjetivo em Adolescentes em
Conflito com a Lei”.

Recife, ____ de _____ de 2012.

Assinatura dos Pais ou responsável

ANEXO G – Termo de consentimento livre e esclarecido dos responsáveis e adolescentes (12 anos)

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Psicologia**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA
PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES EM PESQUISA (específico para adolescentes com
12 anos de idade)**

Prezados Pais (ou Responsáveis) e Adolescentes,

A mestranda Angélica Maria Ferreira de Melo Silva, junto ao seu orientador Prof^o Maycoln Leôni Martins Teodoro, ambos do Departamento de Psicologia da UFMG, estão conduzindo uma pesquisa intitulada **Relações Familiares, Processos de Identificação e Bem-estar Subjetivo em Adolescentes em Conflito com a Lei**, que tem como principal objetivo analisar a família dentre os fatores de risco para adolescente desenvolverem comportamento que ocasionem situações em conflito com a lei.

Para conduzir tal pesquisa, a aluna Angélica necessita aplicar alguns instrumentos em uma amostra de adolescentes, para isso, solicitamos o seu consentimento para autorizar que seu filho (ou menor por você responsável) participe da referida pesquisa. A coleta de dados será feita a partir de março de 2012 e consistirá na aplicação de dois testes que avaliam as relações familiares e por uma escala que avalia o bem-estar subjetivo. O protocolo será aplicado em sessões individuais, em ambiente fornecido pela instituição com duração média de 35 minutos.

Informamos que a pesquisa que vamos desenvolver não apresenta nenhum risco para os adolescentes e também que aos adolescentes e pais serão garantido o direito de não participação, se assim o desejarem, sem que isso lhes acarrete prejuízo de qualquer natureza. Não será cobrada nenhuma taxa ou qualquer outro valor aos responsáveis por aqueles que se dispuserem a participar no presente trabalho. Os resultados obtidos poderão ser publicados em artigos e eventos científicos. Entretanto, em nenhuma hipótese os participantes ou escolas serão identificados por seus nomes ou quaisquer outros tipos de informações que quebrem sua anonimidade.

Caso nos dê anuência para a realização da pesquisa, solicitamos a gentileza de assinar o termo abaixo. A assinatura do termo pelos adolescentes e pais ou responsável é uma condição para a participação do adolescente na pesquisa, além da sua anuência.

A mestranda Angélica se dispõe a dar maiores esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir a respeito da pesquisa por meio dos telefones (31) 9341-3456 / (81) 9996-4088.

Departamento de Psicologia
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6627
31270-901 – Belo Horizonte, MG.
email: angeliquinamelo@gmail.com

Endereço do Comitê de Ética (COEP)
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627
Unidade Administrativa II – 2 andar, sala
2005
31270-901 – Belo Horizonte, MG.
Telefax: (31) 3409-4592
E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Contando com a sua colaboração e agradecendo-lhes pela atenção,

Angélica M^a F. de Melo Silva

Angélica Maria Ferreira de Melo Silva

Maycoln L. M. Teodoro

Autorização:

Eu, _____ autorizo meu (minha) filho(a) _____ a participar da pesquisa “Relações Familiares, Processos de Identificação e Bem-estar Subjetivo em Adolescentes em Conflito com a Lei”.

Recife, ____ de _____ de 2012.

Assinatura dos Pais ou Responsável

Eu, _____ por livre e espontânea vontade junto aos meus pais me proponho a participar da pesquisa “Relações Familiares, Processos de Identificação e Bem-estar Subjetivo em Adolescentes em Conflito com a Lei”.

Recife, ____ de _____ de 2012.

Assinatura do Adolescente

ANEXO H – Termo de consentimento livre dos adolescentes

**Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Psicologia**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA
PARTICIPAÇÃO DE ADOLESCENTES EM PESQUISA**

Prezados Adolescentes,

A mestranda Angélica Maria Ferreira de Melo Silva, junto ao seu orientador Prof^o Maycoln Leôni Martins Teodoro, ambos do Departamento de Psicologia da UFMG, estão conduzindo uma pesquisa intitulada **Relações Familiares, Processos de Identificação e Bem-estar Subjetivo em Adolescentes em Conflito com a Lei**, que tem como principal objetivo analisar a família dentre os fatores de risco para adolescente desenvolverem comportamento que ocasionem situações em conflito com a lei.

Para conduzir tal pesquisa, a aluna Angélica necessita aplicar alguns instrumentos em uma amostra de adolescentes, para isso, solicitamos seu consentimento para sua participação na referida pesquisa. A coleta de dados será feita a partir de março de 2012 e consistirá na aplicação de dois testes que avaliam as relações familiares e por uma escala que avalia o bem-estar subjetivo. O protocolo será aplicado em sessões individuais, em ambiente fornecido pela instituição com duração média de 35 minutos.

Informamos que a pesquisa que vamos desenvolver não apresenta nenhum risco para os adolescentes e também que aos adolescentes e pais serão garantido o direito de não participação, se assim o desejarem, sem que isso lhes acarrete prejuízo de qualquer natureza. Não será cobrada nenhuma taxa ou qualquer outro valor aos responsáveis por aqueles que se dispuserem a participar no presente trabalho. Os resultados obtidos poderão ser publicados em artigos e eventos científicos. Entretanto, em nenhuma hipótese os participantes ou escolas serão identificados por seus nomes ou quaisquer outros tipos de informações que quebrem sua anonimidade.

Caso nos dê anuência para a realização da pesquisa, solicitamos a gentileza de assinar o termo abaixo. A assinatura do termo pelos adolescentes e pais ou responsável é uma condição para a participação do adolescente na pesquisa, além da sua anuência.

A mestranda Angélica se dispõe a dar maiores esclarecimentos sobre eventuais dúvidas que possam surgir a respeito da pesquisa por meio dos telefones (31) 9341-3456 / (81) 9996-4088.

Departamento de Psicologia
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Antônio Carlos, 6627
31270-901 – Belo Horizonte, MG.
email: angeliquinamelo@gmail.com

Endereço do Comitê de Ética (COEP)
Universidade Federal de Minas Gerais
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627
Unidade Administrativa II – 2 andar, sala
2005
31270-901 – Belo Horizonte, MG.
Telefax: (31) 3409-4592
E-mail: coep@prpq.ufmg.br

Contando com a sua colaboração e agradecendo-lhes pela atenção,

Angélica Ma F. de Melo Silva

Angélica Maria Ferreira de Melo Silva

Maycoln L. M. Teodoro

Autorização:

Eu, _____ por livre e espontânea vontade me proponho a participar da pesquisa “Relações Familiares, Processos de Identificação e Bem-estar Subjetivo em Adolescentes em Conflito com a Lei”.

Recife, ____ de _____ de 2012.

Assinatura do adolescente